



MINISTÉRIO DA FAZENDA

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

Brasília, agosto/2005

MINISTRO DA FAZENDA

Antônio Palocci Filho

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Murilo Portugal Filho

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Joaquim Vieira Ferreira Levy

CHEFE DE GABINETE

Márcio Leão Coelho

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

José Antônio Gragnani

Jorge Khalil Miski

Lísicio Fábio de Brasil Camargo

Tarcísio José Massote de Godoy

COORDENADOR-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Cleber Ubiratan de Oliveira

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Aline Dieguez Barreiro de Meneses Silva

Bento André de Oliveira

Fabiana Magalhães Almeida Rodopoulos

Fabio Pereira Simoni da Silva

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

Paula Bicudo de Castro Magalhães

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(61) 3412-3970/3971

Informações:

Tel: (61) 3412-2203

Fax: (61) 3412-1700

Correio Eletrônico: cesef.df.stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda

Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar

70048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN 1519-2970

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional. Brasília: STN, v. 11, n. 7, julho 2005. 38 p. Mensal. ISSN 1519-2970.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – vol. 1, n. 1 (1995)- . – Brasília : STN, 1995- .

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1.Finanças Públicas 2.Tesouro Nacional 3.Fazenda Pública I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

Em julho, o Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) registrou superávit primário de R\$ 5,1 bilhões. O Tesouro Nacional contribuiu para esse desempenho com superávit de R\$ 8,2 bilhões, enquanto a Previdência (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficit de R\$ 3,1 bilhões e R\$ 13,8 milhões, respectivamente. O resultado do mês se explica pela aderência da despesa aos valores programados e a forte arrecadação dos tributos com base na apuração trimestral encerrada em junho, especialmente o IRPJ (R\$ 4,2 bilhões) e a CSLL (R\$ 2,6 bilhões), além da cota-parte de compensações financeiras, inclusive sobre exploração do petróleo e gás (R\$ 2,4 bilhões), que contrabalançaram a redução no IRRF-rendimentos de capital, também devido a efeitos sazonais, e o aumento das restituições do imposto de renda. No período, o aumento do IRPJ e da CSLL correspondeu a $\frac{3}{4}$ do aumento da receita do Tesouro como proporção do PIB, o que é compatível com o bom desempenho das empresas, que, no caso das 500 maiores, tiveram em 2004 o ano de maior lucratividade desde 1981. Também se destaca a receita atípica de IRPF no valor de R\$ 1,2 bilhão referente a ganhos de capital na alienação de bens e em operações em Bolsa de Valores, superior em 63,9% ao arrecadado no mesmo período de 2004 por conta desse fato gerador.

O resultado primário do Governo Central até julho de 2005 foi superavitário em aproximadamente 4,10% do PIB, contra 3,82% em igual período do ano passado.

PRINCIPAIS VARIÁÇÕES ACUMULADO: 2005/2004	
DISCRIMINAÇÃO	%
Receitas	16,4%
Tesouro	16,7%
Previdência	15,0%
Transferências	25,6%
Receita Líquida	14,6%
Despesas	13,4%
Benefícios	17,7%
Pessoal	5,0%
Custeio e Capital	15,9%

**TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)
BRASIL, 2004-2005**

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ milhões			
	JUN 2005	JUL 2005	JAN-JUL 2004	
I. RECEITA TOTAL	40.441,6	40.193,2	236.556,5	275.335,7
I.1. Receitas do Tesouro	31.692,4	31.604,4	185.933,6	216.950,8
I.1.1 Receita Bruta	33.419,6	33.960,3	193.448,7	223.820,5
I.1.2. (-) Restituições	-1.727,2	-2.356,0	-7.515,1	-6.869,8
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	8.589,1	8.474,5	49.984,2	57.503,8
I.3. Receitas do Banco Central	160,1	114,3	638,6	881,2
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	6.648,0	6.463,2	38.193,0	47.969,9
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	33.793,6	33.730,0	198.363,5	227.365,8
IV. DESPESA TOTAL	27.654,3	28.648,5	160.841,8	182.417,2
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.220,3	8.315,0	47.849,6	50.262,8
IV.2. Benefícios Previdenciários	11.735,9	11.561,3	65.140,9	76.679,9
IV.3. Custeio e Capital	8.526,9	8.594,9	46.774,0	54.226,2
IV.3.1. Despesa do FAT	860,6	1.309,3	5.129,5	5.677,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (1)	347,8	532,3	2.065,4	3.669,1
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS/RMV)	819,6	821,7	4.132,7	5.069,5
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	6.498,9	5.931,6	35.446,5	39.809,7
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	50,3	49,3	326,8	370,1
IV.5. Despesas do Banco Central	121,0	128,1	750,4	878,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	6.139,3	5.081,5	37.521,7	44.948,6
V.1. Tesouro Nacional	9.247,0	8.182,0	52.790,2	64.121,7
V.2. Previdência Social (RGPS) (2)	-3.146,8	-3.086,8	-15.156,7	-19.176,1
V.3. Banco Central (3)	39,1	-13,8	-111,8	2,9
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			3,82%	4,10%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Inclui, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(2) Receitas de contribuições menos despesas com benefícios previdenciários.

(3) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

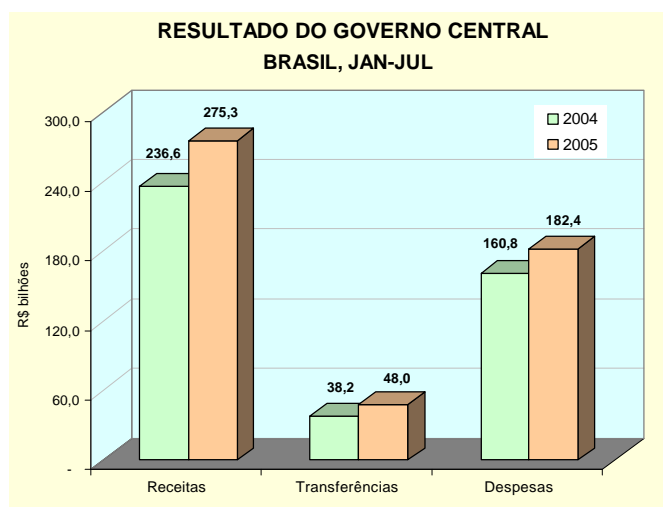
A arrecadação deste ano tem acompanhado o bom desempenho das empresas, especialmente da indústria de base, em especial metalurgia e extração de minerais metálicos, e do setor de serviços (eletricidade e telecomunicações).

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receita Total	24,06%	25,09%
Transferências	3,89%	4,37%
Receita Líquida	20,18%	20,72%
Despesa Total	16,36%	16,62%
Resultado Primário	3,82%	4,10%

As despesas têm sido executadas em linha com a programação orçamentária e financeira. Em particular, a relação entre a despesa de custeio e capital e o PIB aumentou em meio milésimo, excluindo-se despesas atípicas deste ano.

Do lado da despesa, no mês, houve aumento de R\$ 1,1 bilhão em pessoal e encargos sociais em relação a junho, devido ao pagamento da primeira parcela do 13º salário aos servidores públicos do Poder Executivo, e aumento das despesas do FAT com abono salarial, igualmente devido a fatores sazonais. No período janeiro-julho, a relação entre a despesa de custeio e capital e o PIB aumentou em meio milésimo, quando se segregam os efeitos da capitalização da Emgea e da baixa da dívida agrícola trazida dos anos 1990 (PESA). As despesas com Aquisições do Governo Federal (AGF), dentre as quais a compra de trigo e arroz, aumentaram R\$ 355,8 milhões, enquanto houve incremento de R\$ 119,9 milhões no programa de garantia de preços agrícolas. A Previdência Social manteve seu déficit inalterado de junho para julho, apresentando aumento de 26,5% no confronto dos sete primeiros meses de 2005 e 2004. O déficit de julho situou-se R\$ 682,5 milhões acima das projeções apresentadas quando do anúncio do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social em março de 2005. No acumulado do ano, essa discrepância atinge R\$ 1,9 bilhão.

As transferências a estados e municípios cresceram 25,6% devido especialmente ao dinamismo do Imposto de Renda no ano, à transferência de uma parcela a mais da CIDE, e à receita com cota-parte de compensações financeiras.



O Resultado do Governo Central no ano alcançou R\$ 44,9 bilhões (aproximadamente 4,10% do PIB), 19,8% acima dos R\$ 37,5 bilhões (3,82% do PIB) verificados até julho de 2004. O Tesouro Nacional alcançou superávit de R\$ 64,1 bilhões (aproximadamente 5,84% do PIB) no ano, contra os R\$ 52,8 bilhões (5,37% do PIB) verificados até julho de 2004. A arrecadação cresceu 0,86 ponto percentual do PIB. O crescimento econômico e o bom desempenho das empresas, especialmente em alguns segmentos da indústria e do setor de serviços, têm se traduzido em aumento firme do IRPJ e da CSLL. De fato, em relação ao período janeiro a julho de 2004, esses tributos cresceram quase 30%. As transferências a estados e municípios cresceram R\$ 9,8 bilhões em termos

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Receitas do Tesouro (*)	18,91%	19,77%
Transferências	3,89%	4,37%
Despesas do Tesouro	9,66%	9,56%
Resultado Primário	5,37%	5,84%

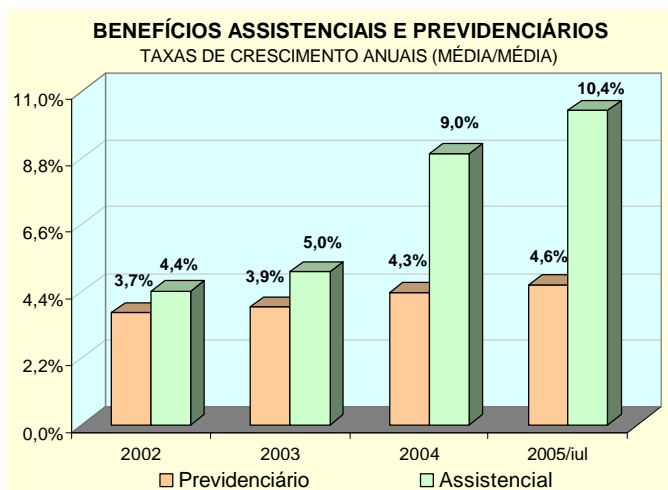
(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

nominais (0,49 ponto percentual do PIB), devido especialmente ao dinamismo do Imposto de Renda, que vem se destacando em relação aos demais tributos; à transferência de uma parcela a mais da CIDE de combustíveis neste ano, *vis-à-vis* o ano de 2004; e à receita com cota-parte de compensações financeiras. As despesas, por sua vez, permaneceram relativamente estáveis como proporção do PIB, tendo havido mudança na sua composição: aumentaram os gastos de custeio e capital (de 4,76% para 4,94% do PIB), e diminuíram os relativos a pessoal e encargos sociais.

Em termos nominais, o item “pessoal e encargos sociais” aumentou R\$ 2,4 bilhões (5,0%), e o item “custeio e capital”, R\$ 9,6 bilhões (20,5%). Nesse último caso, destaque para despesas atípicas, associadas a reordenamento de passivos (repasso para Emgea) e registros na Dívida Ativa da União por conta do Programa Especial de Saneamento de Ativos (PESA), sem correspondência no ano anterior (ajustando para esses fatores, o crescimento de custeio e capital é de 12,8%, ligeiramente maior que o crescimento de 11,6% do PIB nominal no período). Além disso, destaca-se o crescimento em 79,4% das despesas com aquisição de terras para fins de reforma agrária por meio da emissão de títulos do Tesouro, de R\$ 298,8 milhões, até julho de 2004, para R\$ 536,0 milhões, até julho deste ano, e as despesas com as políticas de AGF e sustentação de preços, R\$ 475,7 milhões superiores ao que foi gasto de janeiro a julho de 2004. Por fim, as despesas do Tesouro com benefícios assistenciais (LOAS) continuam crescendo perto de 30% ao ano, ainda reflexo das modificações adotadas no estatuto do idoso, inclusive a redução da idade de benefício de 70 para 65 anos e dos critérios de renda média familiar requerida. Esse crescimento implicou dispêndios adicionais de R\$ 923,9 milhões. Ao longo do tempo, a concessão dos benefícios assistenciais (LOAS e RMV) tem crescido rapidamente, implicando em uma taxa de crescimento dos benefícios assistenciais de 6,0 pontos percentuais.

As despesas do Tesouro Nacional permaneceram relativamente estáveis como proporção do PIB, tendo havido mudança na sua composição: aumentaram as despesas de custeio e capital (0,18 ponto percentual), e diminuíram as despesas com pessoal e encargos sociais (0,29).

As despesas com subsídios e subvenções econômicas ao setor agrícola cresceram 61,9% este ano, totalizando R\$ 1,3 bilhão até julho. Destaque para a política de AGF e sustentação de preços, que, em conjunto, cresceram R\$ 475,7 milhões.



O ritmo de crescimento das concessões de benefícios assistenciais (sem contrapartida do beneficiário) tem sido superior ao crescimento dos benefícios previdenciários.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,08%	5,24%
Benefícios	6,63%	6,99%
Resultado Primário	-1,54%	-1,75%

O déficit da Previdência Social alcançou 1,75% do PIB, refletindo aumento de 26,5% em relação ao mesmo período do ano passado, apesar do crescimento da receita de contribuições (15,0%), em linha com a geração de emprego nos últimos 12 meses. O aumento de arrecadação (R\$ 7,5 bilhões) viu-se confrontado com elevação de 17,9% nas despesas com benefícios (R\$ 11,5 bilhões). Até julho, o total dessas despesas alcançou R\$ 76,7 bilhões em 2005, contra R\$ 65,1 bilhões em igual período de 2004.

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

No mês de julho, a receita bruta do Tesouro Nacional foi de R\$ 34,0 bilhões, contra R\$ 33,4 bilhões no mês anterior. O incremento de R\$ 540,7 milhões decorre, principalmente, dos seguintes fatores: i) recebimento da 1ª cota ou cota única do IRPJ e da CSLL referente à apuração trimestral encerrada em junho de 2005; ii) homologação de compensação, efetuada por parte das instituições financeiras, afetando o recolhimento da Cofins e PIS/Pasep; e iii) parcela trimestral da participação especial pela exploração de petróleo e gás natural, com efeito sobre a cota-parte de compensações financeiras.

RECEITAS BRUTA DO TESOURO NACIONAL
BRASIL, 2005 (R\$ milhões)¹

DISCRIMINAÇÃO	JUN	JUL
Impostos	15.977,8	12.899,3
Imposto de Renda	12.712,3	9.503,9
IPI	1.962,2	2.141,7
Outros	1.303,3	1.253,7
Contribuições	14.810,5	16.309,9
Cofins	7.259,8	7.892,0
CPMF	2.692,1	2.412,9
CSLL	1.812,6	2.590,4
Cide - Combustíveis	643,5	626,8
Outras	2.402,56	2.787,84
Demais	2.631,3	4.751,1
Cota parte	662,6	2.422,1
Diretamente Arrecadada	1.147,6	1.120,6
Dividendos da União	73,1	400,5
Pagamento Unificado ²	287,4	261,5
Outras	460,5	546,5
Total Bruto	33.419,6	33.960,3

¹ Os valores referentes a retenção na fonte e refis foram distribuídos nos respectivos tributos.

² Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL.

Por outro lado, em julho observou-se redução no recolhimento dos seguintes tributos: i) IRRF-Rendimento do Trabalho, IRRF-Outros Rendimentos, IOF e CPMF, justificada pela ocorrência de quatro semanas de fatos geradores contra cinco no mês anterior; e ii) IRRF- Rendimento de Capital, tendo em vista o recolhimento no mês de junho da parcela semestral do imposto relativo a aplicações financeiras em fundos de investimentos, em conformidade com a Lei nº 10.892/2004.

As demais receitas do Tesouro totalizaram R\$ 4,8 bilhões, apresentando aumento de R\$ 2,1 bilhões em relação ao mês anterior. Os fatores que contribuíram para esse incremento foram o recolhimento da parcela trimestral da participação especial nos royalties relativos à extração de petróleo e gás natural, que resultou em acréscimo de R\$ 1,8 bilhão, na rubrica cota-parte de compensações financeiras e a arrecadação de dividendos da União (aumento de R\$ 327,3 milhões).

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

De janeiro a julho de 2005, houve crescimento da receita bruta do Tesouro Nacional de 0,72% PIB, dos quais ¾ (0,54% do PIB) corresponderam ao aumento do IRPJ e da CSLL. Em termos nominais, a receita bruta do Tesouro Nacional foi de R\$ 223,8 bilhões, apresentando acréscimo de R\$ 30,4 bilhões (15,7%), se comparada à igual período do ano anterior.

Relativamente à arrecadação de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal os principais fatores que concorreram para esse crescimento foram: i) acréscimo de 15,65% na arrecadação do IPI, com destaque para o recolhimento sobre a fabricação de automóveis (23,6%), em decorrência do aumento no volume de vendas para os consumidores do mercado interno; ii) incrementos nas arrecadações do IRPJ (27,6%) e da CSLL (27,5%), decorrentes dos pagamentos efetuados com base em estimativa mensal e lucro presumido, ambos apurados com base no faturamento, principalmente por empresas do setor não financeiro (metalurgia básica, telecomunicações, extração de minerais metálicos e eletricidade); iii) arrecadação atípica do IRPF de R\$ 1,2 bilhão (R\$ 703,0 milhões em igual período de 2004), referentes aos itens ganhos de capital na alienação de bens e ganhos de capital em operações em Bolsa de Valores.

A arrecadação das demais receitas do Tesouro Nacional apresentou aumento de R\$ 4,0 bilhões, quando comparada a período equivalente ao ano anterior, passando de R\$ 22,6 bilhões no acumulado de janeiro a julho de 2004 para R\$ 26,6 bilhões no mesmo período de 2005. Esse aumento é explicado, principalmente, pelos seguintes fatores: i) maior recolhimento da participação especial da cota-parte de compensações financeiras pela exploração de petróleo e gás natural (R\$ 2,2 bilhões), refletindo os níveis mais elevados dos preços internacionais do petróleo; ii) acréscimo nas receitas diretamente arrecadadas (R\$ 2,7 bilhões) concentrado, basicamente, no recolhimento da taxa de fiscalização de serviços de telecomunicações da Anatel; e iii) incremento na arrecadação de dividendos pagos por empresas em que a União detém participação acionária (R\$ 552,8 milhões), resultado da lucratividade do ano anterior.

Em julho, as transferências a estados e municípios apresentaram redução de R\$ 184,8 milhões (2,8%). Tal comportamento é explicado, principalmente, como decorrência da diminuição de R\$ 973,0 milhões nas transferências para os fundos de participações (FPE e FPM), associada a fatores sazonais que afetaram a base de cálculo desses repasses, compensada parcialmente pelo aumento de R\$ 453,5 milhões da transferência da CIDE-combustíveis, sem correspondência no mês anterior, tendo em vista que este repasse ocorre a cada trimestre, conforme estabelece a Lei nº 10.866/2004.

De janeiro a julho de 2005, as transferências a estados e municípios apresentaram acréscimo da ordem de R\$ 9,8 bilhões, comparativamente ao mesmo período de 2004. Destaca-se a evolução de R\$ 7,3 bilhões (24,9%) nas

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Impostos	8,14%	8,52%
Imposto de Renda	6,05%	6,41%
IPI	1,28%	1,32%
Outros	0,82%	0,79%
Contribuições	9,24%	9,45%
Cofins	4,49%	4,54%
CPMF	1,49%	1,52%
CSLL	1,24%	1,42%
Cide - Combustíveis	0,45%	0,40%
Outras	1,56%	1,57%
Demais	2,30%	2,42%
Cota parte	0,73%	0,86%
Diretamente Arrecadada	0,61%	0,79%
Dividendos da União	0,29%	0,31%
Pagamento Unificado /1	0,16%	0,16%
Outras	0,50%	0,30%
Total Bruto	19,68%	20,40%

/1 Em 2005 inclui Pagamentos decorrentes de Paes, patrimônio de afetação e retenções de estados e municípios centralizados para futura distribuição nos respectivos tributos, quais sejam, Cofins, PIS e CSLL. Em 2004 apenas Paes.

Transferências a Estados e Municípios

BASE DE CÁLCULO TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS		
Decêndio	Jun	Jul
Terceiro Decêndio	5.383,5	6.056,6
Primeiro Decêndio	5.221,6	1.699,7
Segundo Decêndio	1.800,0	2.430,3
Total	12.405,1	10.186,6

transferências para os fundos de participações (PFE e FPM), em razão da maior arrecadação de IR e de IPI, base para o cálculo desses repasses.

Também, verificou-se incremento de R\$ 680,2 milhões nas transferências dos recursos da CIDE-Combustíveis, explicado pelo fato de que de janeiro a julho de 2004 ocorreu transferência de duas parcelas, ao passo que no mesmo período de 2005 foram transferidas três parcelas, uma vez que somente em abril de 2004 foi regulamentada a Lei nº 10.866/2004.

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Constitucionais (IR, IPI e outros)	29.417,0	36.745,6
Constitucionais (CIDE - Combustíveis)	668,9	1.349,1
Desoneração do ICMS	2.508,3	2.494,2
Demais	5.598,8	7.381,1
Total	38.193,0	47.969,9

Despesas do Tesouro em relação ao mês anterior

As despesas do Tesouro totalizaram R\$ 17,0 bilhões em julho, superando em R\$ 1,2 bilhão (7,4%) os dispêndios do mês anterior. Destaque-se o acréscimo de R\$ 1,1 bilhão das despesas com pessoal e encargos (15,2%), reflexo do adiantamento de parcela do décimo-terceiro salário (Gratificação Natalina) aos servidores públicos federais do Poder Executivo. As despesas do FAT aumentaram R\$ 448,7 milhões (52,1%), em decorrência da concentração, em julho, dos repasses pelo Tesouro Nacional aos bancos para pagamento do abono salarial através do contracheque das entidades conveniadas, conforme previsto na Resolução nº 430 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat), de 02/06/2005. Por outro lado, os gastos com a Lei Orgânica de Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia (LOAS/RMV) mantiveram-se no mesmo nível do mês anterior, totalizando R\$ 821,7 milhões.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, 2005 (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO	JUN	JUL
Pessoal e Encargos	7.220,3	8.315,0
Custeio e Capital	8.526,9	8.594,9
Despesas do FAT	860,6	1.309,3
Subsídios e Subvenções /1	347,8	532,3
LOAS/RMV	819,6	821,7
Outras	6.498,9	5.931,6
Transferência ao Bacen	50,3	49,3

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

Boxe 1 – Decreto de Programação Financeira nº 5.516, de 22/08/2005

Em atendimento ao disposto no art. 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), realizou-se a reavaliação das receitas não-financeiras e despesas obrigatórias relativas ao terceiro bimestre de 2005, a partir dos dados realizados até o mês de junho e dos parâmetros macroeconômicos revisados. Nessa reavaliação verificou-se que o crescimento das receitas primárias superior à necessidade de elevação de algumas despesas obrigatórias indicaram a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira na montante de R\$ 508,7 milhões, a qual foi efetivada mediante a publicação do Decreto nº 5.516, de 22/08/2005. Conforme comando da LRF, essa ampliação foi distribuída entre o Poder Executivo (R\$ 500,0 milhões), Judiciário (R\$ 6,3 milhões), Legislativo (R\$ 1,4 milhão) e MPU (R\$ 1,0 milhão). Cabe destacar também que, no caso do Poder Executivo, foram incorporados aos limites para empenho, adicionalmente, R\$ 500,0 milhões, referentes ao cancelamento de despesas inscritas em restos a pagar do exercício de 2004, despesas estas empenhadas mas não realizadas.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

Até julho de 2005, as despesas do Tesouro Nacional atingiram R\$ 104,9 bilhões, equivalentes a 9,56% do PIB, contra 9,66% em igual período de 2004. No conjunto, as despesas com pessoal e encargos reduziram-se de 4,87% do PIB nos sete primeiros meses de 2004 para 4,58%, em 2005. As despesas de custeio e capital, por sua vez, passaram de 4,76% do PIB no ano

passado para 4,94% em 2005, correspondendo ao aumento de R\$ 7,5 bilhões (15,9%). Excluindo-se as despesas de capitalização da Emgea, que totalizaram R\$ 1,2 bilhão, e da transferência para a dívida ativa de dívidas agrícolas do PESA, no valor de R\$ 254,7 milhões, essa despesa aumentou como proporção do PIB em meio milésimo (0,05 ponto percentual).

As despesas do FAT, incluindo os pagamentos de abono e seguro-desemprego, atingiram R\$ 5,7 bilhões nos sete primeiros meses de 2005, contra R\$ 5,1 bilhões em igual período do ano anterior. Em relação ao PIB essas despesas mantiveram-se constantes em 0,52%.

Até julho, as despesas com benefícios assistenciais (LOAS e RMV) totalizaram R\$ 5,1 bilhões, superando em 936,8 milhões (22,7%) os gastos incorridos em igual período de 2004, aumento equivalente a 0,04 ponto percentual do PIB. Esse crescimento esteve concentrado nos gastos efetuados no âmbito da LOAS, ainda em consequência das alterações introduzidas pelo estatuto do idoso, resultando na elevação do número médio de beneficiários.

Os gastos com subsídios e subvenções econômicas cresceram R\$ 1,6 bilhão, ou 0,12 ponto percentual do PIB. Excluindo as despesas de capitalização da Emgea e as subvenções aos fundos regionais, as demais despesas aumentaram R\$ 494,9 milhões. Dentre elas, destacam-se o crescimento nas despesas com:

- (i) AGF (aumento de R\$ 355,8 milhões), especialmente com as aquisições de trigo e arroz, efetuadas em virtude do exercício de opção de venda por parte dos agricultores;
- (ii) programa de garantia à sustentação de preços (aumento de R\$ 119,9 milhões), devido à ocorrência em 2005 de preços baixos de importantes produtos contemplados pela política de preços mínimos, principalmente algodão, milho e trigo;
- (iii) PESA (aumento de R\$ 254,7 milhões), em função da baixa de ativos provocada por registros na Dívida Ativa da União de devedores do programa.

Até julho, as despesas do Tesouro Nacional perfizeram o equivalente a 9,56% do PIB, ligeiramente inferior ao registrado em igual período de 2004.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL BRASIL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Pessoal e Encargos	4,87%	4,58%
Custeio e Capital	4,76%	4,94%
Despesas do FAT	0,52%	0,52%
Subsídios e Subvenções /1	0,21%	0,33%
LOAS/RMV	0,42%	0,46%
Outras	3,61%	3,63%
Transferência ao Bacen	0,03%	0,03%

/1 Inclui despesas com subvenção aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos

SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS BRASIL, JAN-JUL (R\$ milhões)		
DISCRIMINAÇÃO /1	2004	2005
Agricultura	806,8	1.306,4
Custeio Agropecuário	67,5	130,3
Investimento Rural	191,6	205,5
Preços Agrícolas	(63,5)	410,8
- EGF	3,5	2,1
- AGF	(70,1)	285,7
- Sustentação de preços	3,1	122,9
Pronaf	574,4	268,8
Pesa	36,2	290,9
Cacau	0,6	0,0
Outros	578,6	573,9
Habitação (PSH)	287,9	118,9
FND	133,0	61,5
Exportação (Proex)	100,6	335,1
Fundo da Terra/Incra	57,1	58,4
Total	1.385,4	1.880,3

/1 Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenção aos fundos regionais.

Boxe 2 – Limitação das Despesas Correntes

O substitutivo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 (PLDO/2006), aprovado pelo Congresso Nacional, estabelece que as dotações autorizadas para a *despesas correntes primárias* não poderão ser superiores a 17% do PIB. Nessa abrangência de despesas estão incluídos os gastos com pessoal e encargos, com benefícios previdenciários e com custeio, e excluídas as transferências constitucionais ou legais por repartição de receita e as despesas com o complemento da atualização monetária previsto na Lei Complementar nº 110, de 29/06/2001. As despesas, segundo essa abrangência, acumuladas em 12 meses até julho/2005 atingiram R\$ 314,7 bilhões, o equivalente a 16,7% do PIB, frente a exatos 17,0% observados ao final de 2004.

As despesas discricionárias aumentaram R\$ 4,4 bilhões, o equivalente a 0,02 ponto percentual do PIB. As emissões de TDA para fins de aquisições de terra para reforma agrária atingiram R\$ 536,0 milhões, resultando num crescimento de 44,2% frente a 2004. As despesas relativas ao Projeto Piloto de Investimento, com efeito caixa, totalizaram R\$ 131,5 milhões, de um montante empenhado de R\$ 1,4 bilhão.

Boxe 3 – Projeto Piloto de Investimentos (PPI)

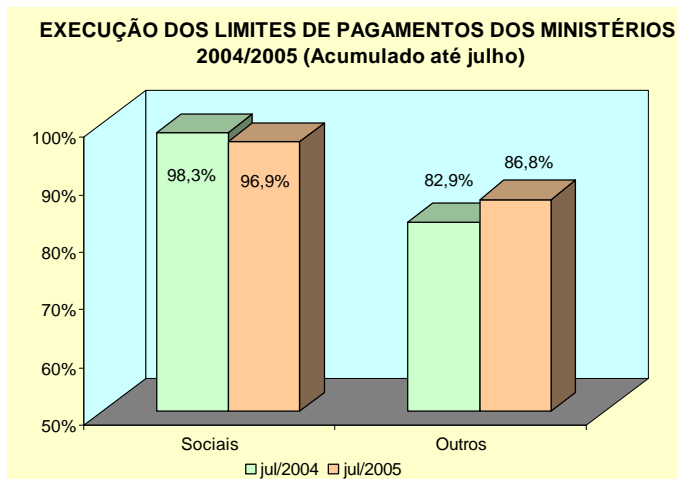
O PPI, iniciado em 2005, visa a melhorar a qualidade da despesa pública, em particular do investimento, mediante a introdução de novos procedimentos para seleção, implementação, monitoramento e avaliação de projetos visando assegurar máximo retorno e compatibilidade com os objetivos fiscais de redução da dívida pública e crescimento da oferta agregada.

Dos R\$ 3,2 bilhões incluídos no PPI, R\$ 1,4 bilhão já foram empenhados até o momento, sendo que R\$ 1,2 bilhão correspondem ao Ministério dos Transportes, comprovando-se que a execução orçamentária e financeira do PPI vem se acelerando progressivamente. Espera-se poder executar a maior parte dos recursos disponibilizados ainda no exercício de 2005, o que conjugada à manutenção das prioridades nos exercícios subsequentes, permitirá disponibilizar à sociedade os benefícios decorrentes da conclusão dos projetos.

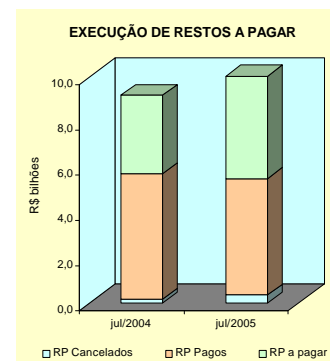
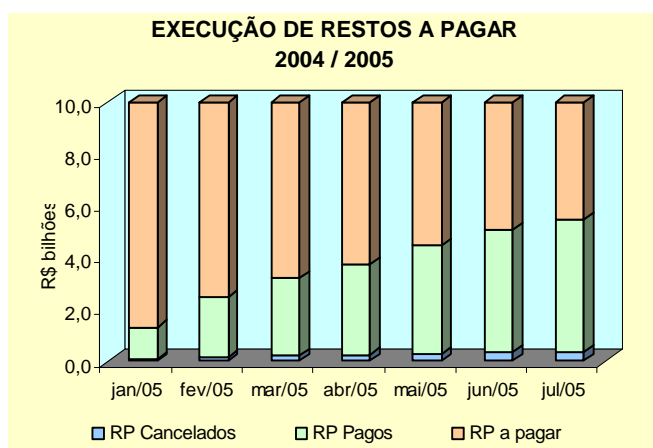
Recentemente, a Medida Provisória no 256, de 21 de julho de 2005, viabilizou a inclusão de novos projetos no PPI, no montante de R\$ 249 milhões. A Ferrovia Norte-Sul recebeu a maior parte desses recursos (R\$ 117 milhões), que permitirão ampliar o trecho em operação e dessa forma contribuir para sua concessão ao setor privado. Foram assinalados recursos para a duplicação da BR 050 em Minas Gerais (R\$ 6 milhões) e para as rodovias Fernão Dias (R\$ 45 milhões) e Regis Bitencourt (R\$ 35 milhões). Essa complementação de recursos permitirá que o Ministério dos Transportes conclua as obras de duplicação no próximo bimestre. Por fim foram aportados recursos em Estudos para Prospeção de Petróleo (R\$ 45 milhões), necessários para viabilizar a continuidade do processo de licitação de bacias, com retorno fiscal atrelado ao recolhimento futuro de bônus de assinatura e royalties. Esse ajuste no portfólio, realizado a partir da reavaliação do potencial de execução dos projetos do PPI, permitirá completar intervenções estruturantes com elevado impacto econômico e retorno fiscal.

Até julho de 2005, o percentual de execução do limite de pagamento dos ministérios das áreas sociais (Saúde, Educação, Previdência e Assistência Social e Desenvolvimento Social) foi de 96,9%, frente aos 98,3% verificados no mesmo período do ano anterior. Por sua vez, os demais ministérios atingiram nível de execução de 86,8%, ante 82,9%, verificado no ano anterior.

Os ministérios das áreas sociais executaram até julho 96,9% do limite de pagamentos, e os demais ministérios 86,8%.



Até julho, foram pagos R\$ 5,1 bilhões relativos a restos a pagar (RP) de anos anteriores. Esse montante pago equivale a 48,8% do total de RP inscritos em 2005 (menos cancelamentos) conforme previsto no Decreto nº 5.379, de 25/02/2005. Do total de restos a pagar (RP) pago em 2005, R\$ 2,1 bilhões (40,4% do total) corresponderam a gastos com investimentos, principalmente aqueles ligados aos ministérios dos Transportes (R\$ 453,2 milhões), da Saúde (R\$ 426,3 milhões), da Defesa (R\$ 294,8 milhões) e das Cidades (R\$ 202,6 milhões).



Em julho, a Previdência Social (RGPS) registrou déficit primário de R\$ 3,1 bilhões, R\$ 60,1 milhões abaixo do verificado no mês anterior. Houve redução das despesas com precatórios de benefícios, que passaram de R\$ 527,3 em junho para R\$ 326,3 milhões em julho, compensado em parte pelo aumento de R\$ 141,2 milhões nas transferências a terceiros. No ano, o déficit do RGPS atingiu R\$ 19,2 bilhões, contra R\$ 15,2 bilhões observados em 2004.

Previdência Social

**TABELA 2
RESULTADO PRIMÁRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005**

R\$ milhões

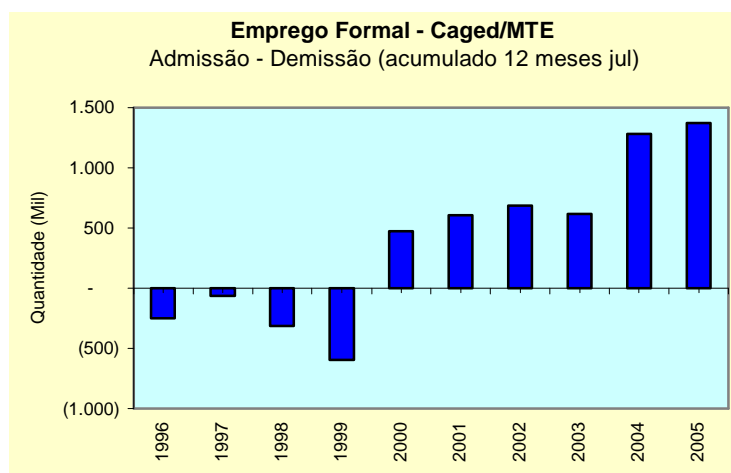
DISCRIMINAÇÃO	JUN		JUL		JAN-JUL	
	2005	2005	2005	2005	2004	2005
I. ARRECADAÇÃO LÍQUIDA	8.589,1	8.474,5	49.984,2	57.503,8		
Arrecadação Bruta	9.167,2	9.169,7	54.341,8	61.998,9		
- Contribuição Previdenciária	8.621,7	8.614,4	50.275,2	57.851,4		
- Simples	392,9	409,3	2.288,3	2.691,1		
- CDP	0,0	0,1	0,2	0,1		
- CFT	54,2	54,7	483,4	387,8		
- Depósitos Judiciais	57,3	55,7	991,7	761,6		
- Refis	24,5	20,3	204,8	205,7		
- Outras Receitas	16,6	15,1	98,2	101,3		
(-) Restituição/Devolução	-47,2	-23,0	-158,5	-285,5		
(-) Transferências a Terceiros	-531,0	-672,2	-4.199,1	-4.209,6		
II. BENEFÍCIOS	11.735,9	11.561,3	65.140,9	76.679,9		
Benefícios Previdenciários	11.734,9	11.560,3	65.140,9	76.676,9		
III. RESULTADO PRIMÁRIO	-3.146,8	-3.086,8	-15.156,7	-19.176,1		
IV. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			-1,54%	-1,75%		

Em julho, o déficit da Previdência Social foi de R\$ 3,1 bilhões. Nos sete primeiros meses do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 19,2 bilhões, equivalente a 1,75% do PIB do período.

A arrecadação líquida da Previdência Social totalizou R\$ 8,5 bilhões em julho, representando pequena queda de 1,3% frente aos ingressos líquidos de junho. Tal comportamento deveu-se ao aumento das transferências a terceiros (passando de R\$ 531,0 milhões, para R\$ 672,2 milhões) e manutenção da arrecadação bruta no mesmo patamar do mês anterior, cerca de R\$ 9,2 bilhões. A despesa alcançou R\$ 11,6 bilhões.

No acumulado do ano, a arrecadação líquida cresceu R\$ 7,5 bilhões (equivalente a 15,0%, ou seja, 3,4 pontos percentuais acima do crescimento do PIB nominal do período) refletindo, em parte, o comportamento do emprego no setor formal, com impacto direto nas receitas previdenciárias. Segundo os dados do Caged, foram gerados 1.370 mil novos empregos nos 12 meses até julho de 2005, frente a 1.284 mil novos postos observados em igual período do ano anterior.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA BRASIL, JAN-JUL (R\$ bilhões)			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Contribuição	50,0	57,5	15,0%
Benefícios	65,1	76,7	17,7%
Resultado Primário	-15,2	-19,2	26,5%



As despesas com benefícios previdenciários totalizaram R\$ 76,7 bilhões nos sete primeiros meses de 2005, representando aumento de 17,7% (R\$ 11,5 bilhões) em relação ao mesmo período de 2004. Esse crescimento se situa bem acima do aumento de 7,3% no valor médio dos benefícios pagos. Houve incremento de 1,2 milhão na quantidade média mensal de benefícios pagos, o que significa um crescimento de 5,2% no total de benefícios.

BENEFÍCIOS EMITIDOS DA PREVIDÊNCIA BRASIL, MÉDIA JAN-JUL			
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005	%
Quantidade*	22,2	23,3	5,2%
Valor médio**	428,5	459,9	7,3%

(*) em milhões

(**) em R\$ 1,00

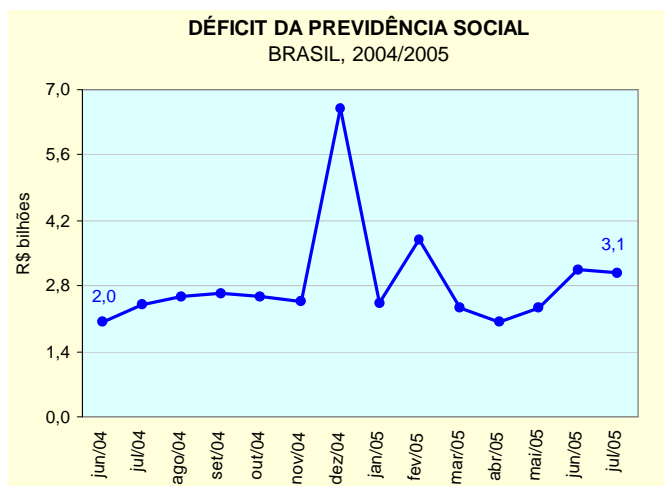
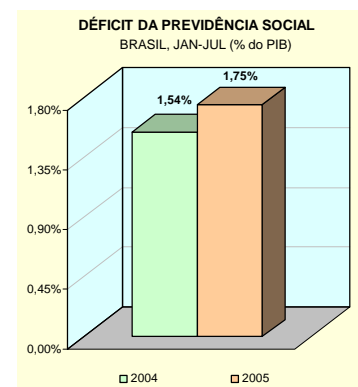
Na comparação da média de janeiro a julho de 2005 em relação à média do ano anterior, destacam-se os aumentos de 469,6 mil aposentadorias (3,8%), 248,9 mil benefícios de auxílio-doença (21,4%) e 309,9 mil na quantidade de LOAS (17,0%). A tabela a seguir apresenta em detalhes as quantidades dos benefícios emitidos pela Previdência Social.

TABELA 3
QUANTIDADE DE BENEFÍCIOS EMITIDOS PELA PREVIDÊNCIA SOCIAL
BRASIL, 2004-2005

	Em mil benefícios			
	JUN		JUL	
	2005	2005	2004	2005
TOTAL	23.501	23.577	22.191	23.342
PREVIDENCIÁRIOS	20.023	20.083	19.020	19.895
Aposentadorias	12.822	12.862	12.269	12.739
Idade	6.566	6.584	6.248	6.520
Invalidez	2.586	2.604	2.437	2.563
Tempo de contribuição	3.669	3.675	3.585	3.656
Pensão por morte	5.700	5.709	5.523	5.673
Auxílio - doença	1.431	1.443	1.162	1.411
Salário - maternidade	43	38	41	44
Outros	28	31	23	28
ACIDENTÁRIOS	757	759	741	756
Aposentadorias	140	141	131	139
Pensão por morte	130	130	130	130
Auxílio - doença	130	131	121	130
Auxílio - acidente	267	267	265	267
Auxílio - suplementar	90	90	93	91
ASSISTENCIAIS	2.711	2.725	2.430	2.681
Amparos Assistenciais - LOAS	2.170	2.187	1.821	2.131
Idoso	1.003	1.009	765	977
Portador de deficiência	1.167	1.177	1.056	1.154
Pensões mensais vitalícias	17	17	18	17
Rendas mensais vitalícias	525	521	591	534

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL, JAN-JUL (% do PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	2004	2005
Contribuição	5,08%	5,24%
Benefícios	6,63%	6,99%
Resultado Primário	-1,54%	-1,75%

A necessidade de financiamento do RGPS se ampliou em 26,5% (R\$ 4,0 bilhões), em decorrência do aumento em 0,36 ponto percentual do PIB das despesas, não acompanhadas pela elevação de receitas, que ficou em apenas 0,16 ponto percentual do PIB. Como resultado, o déficit primário do RGPS cresceu de 1,54% para 1,75% do PIB.



No mês de julho, o déficit do RGPS situou-se R\$ 682,5 milhões acima das projeções apresentadas pela Previdência Social quando do anúncio do Programa de Modernização da Gestão da Previdência Social. No acumulado do ano, a diferença atingiu o montante de R\$ 1,9 bilhão.

METAS DO DÉFICIT DO REGIME GERAL DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - 2005									
R\$ Milhões									
Metas	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	IIQ	IIIQ
Decreto nº 5.379/2005	2.450,6	2.260,4	1.841,1	2.221,6	2.201,8	3.022,8	3.005,4	11.217,8	17.813,5
Programa de Modernização	-	-	2.209,2	2.110,5	1.871,5	2.481,2	2.404,3	8.934,9	12.468,7
Decreto nº 5.436/2005	-	-	-	-	2.076,5	3.045,3	3.025,4	11.152,3	17.168,0
Realizado	2.450,6	3.798,3	2.337,1	2.013,3	2.343,1	3.146,8	3.086,8		

METAS DE RECEITA LÍQUIDA INSS - 2005									
R\$ Milhões									
Metas	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	IIQ	IIIQ
Decreto nº 5.379/2005	8.047,0	8.051,5	8.503,2	8.155,3	8.207,8	8.340,1	8.393,3	33.388,1	39.275,3
Programa de Modernização	-	-	8.588,0	8.318,0	8.454,0	8.590,0	8.645,0	34.558,0	42.081,0
Decreto nº 5.436/2005	-	-	-	-	8.364,1	8.420,1	8.476,6	33.794,4	40.570,7
Realizado	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	8.474,5		

Em julho, a Dívida Líquida do Tesouro Nacional permaneceu estável em 25,2% do PIB comparativamente ao mês anterior. A dívida interna líquida apresentou aumento de 0,2 ponto percentual, enquanto a dívida externa líquida se reduziu em montante equivalente. Relativamente à DPMFi bruta, houve, no mês, resgate líquido de títulos em R\$ 1,9 bilhão. O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 15,64% a.a., apresentando redução de 0,08 ponto percentual em relação a junho. Em julho, houve pequeno aumento do prazo médio da dívida (0,4 mês), auxiliado pela emissão de LTN com prazos acima de 15 meses e NTN-C com prazos acima de 120 meses. Apesar da depreciação do real frente ao dólar (1,71%), a dívida externa líquida, em moeda nacional, apresentou decréscimo de 2,21%, explicado pelo vencimento dos títulos Global 2005 e Euro 2005. No mês, registrou-se recorde de vendas de títulos por meio do programa Tesouro Direto. Nos primeiros sete meses do ano, foram vendidos R\$ 375 milhões, representando aumento de 82% em relação ao mesmo período de 2004. Houve, nesse mesmo período, acréscimo de 51,3% no número de investidores. Tais fatores demonstram o interesse, por parte das pessoas físicas, por esta alternativa de investimento, que vem se dando sem maior publicidade institucional. Finalmente, a operação de troca parcial do estoque de Front Loaded Interest Reduction Bonds with Capitalization (FLIRB-C), denominado C-Bond, por um título Global, com vencimento em 2018, sem opção de compra, é passível de ser considerada entre as efemérides recentes.

DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Em julho, a dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 473,8 bilhões, equivalentes a 25,2% do PIB acumulado nos últimos doze meses - constante em relação ao mês anterior. Em termos nominais, verificou-se aumento de R\$ 2,6 bilhões, no mês, explicado, principalmente, pela apropriação dos juros nominais dos títulos da dívida mobiliária interna e pela redução do saldo de haveres contratuais de fundos, autarquias e fundações, apesar do resgate líquido de títulos nos mercados interno e externo.

TABELA 4
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 JUL	2005 JUN	2005 JUL
I. DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	160.467	293.186	299.791
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	739.004	896.348	906.625
Dívida Contratual da STN	-433.584	-449.007	-450.578
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-144.952	-154.156	-156.257
II. DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA	221.759	177.966	174.002
Dívida Mobiliária em Poder do Público	175.446	147.373	142.731
Títulos Depositados em Garantia	-3.893	-3.691	-3.629
Dívida Contratual	50.563	34.614	35.240
Disponibilidades	-357	-330	-341
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	382.226	471.151	473.793
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	23,0%	25,2%	25,2%

(1) Inclui Dívida Securitizada, Dívida Agrícola e TDA.

A dívida líquida do Tesouro Nacional totalizou R\$ 473,8 bilhões em julho, permanecendo constante em 25,2% do PIB.

Dívida Interna Líquida

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional em mercado encerrou o mês de julho com saldo de R\$ 299,8 bilhões, superior ao registrado no mês anterior em R\$ 6,6 bilhões. Contribuíram para esse resultado a apropriação dos juros nominais e a redução do saldo dos haveres contratuais. A dívida contratual do Tesouro manteve-se estável, em função da evolução favorável do IGP.

A dívida interna líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de julho superior em R\$ 6,6 bilhões ao saldo de junho.

TABELA 5
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2004/2005

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 JUL	2005 JUN	2005 JUL
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA	160.467	293.186	299.791
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO	739.004	896.348	906.625
LFT	436.970	503.368	516.364
LTN	113.756	201.759	198.276
NTN-C	72.781	80.610	75.478
NTN-D	21.484	5.607	5.676
Demais	72.509	77.091	84.235
Dívida Securitizada	19.331	24.871	23.551
TDA	2.172	3.043	3.045
DÍVIDA CONTRATUAL	-578.537	-603.163	-606.835
<i>Tesouro Nacional</i>	<i>-433.584</i>	<i>-449.007</i>	<i>-450.578</i>
Dívida Bancária	25.466	24.925	24.923
Lei nº 7.976/89	-9.095	-6.382	-6.464
Lei nº 8.727/93	-47.912	-48.039	-48.011
Lei nº 9.496/97	-230.669	-249.686	-249.455
Renegociação Dívida Municipais	-33.834	-37.556	-37.662
Demais Haveres da STN	-137.541	-132.269	-133.908
<i>Fundos, Autarquias e Fundações</i>	<i>-144.952</i>	<i>-154.156</i>	<i>-156.257</i>
FAT	-100.787	-110.183	-112.298
Demais Entidades	-44.166	-43.972	-43.960
DÍVIDA MOBILIÁRIA EM PODER DO PÚBLICO/PIB	44,4%	48,0%	48,2%
DÍVIDA CONTRATUAL TOTAL/PIB	-34,7%	-32,3%	-32,3%
DÍVIDA CONTRATUAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-26,0%	-24,0%	-24,0%
DÍVIDA INTERNA LÍQUIDA/PIB	9,6%	15,7%	15,9%

Emissões e Resgates

Em julho, o resgate líquido de títulos da DPMFi, considerando ofertas públicas, emissões diretas e operações do programa Tesouro Direto, alcançou R\$ 1,9 bilhão. As emissões brutas corresponderam a 52,1 bilhões, enquanto o montante resgatado foi de R\$ 54,0 bilhões.

No mês de julho, houve resgate líquido da DPMFi no montante de R\$ 1,9 bilhão.

As emissões realizadas por meio de oferta pública totalizaram R\$ 51,6 bilhões, sendo: i) R\$ 31,1 bilhões em LTN, com vencimentos em janeiro, abril e outubro de 2006, janeiro e julho de 2007 e janeiro de 2008; ii) R\$ 12,8 bilhões em LFT, com vencimentos em setembro 2008 e setembro 2009; iii) R\$ 6,4 bilhões em NTN-B, com vencimentos em maio de 2007, 2009, 2015 e 2045 e agosto de 2024; iv) R\$ 867,4 milhões em NTN-F, com vencimentos em janeiro de 2010 e janeiro de 2012; e v) R\$ 434,7 milhões em NTN-C, com vencimentos em abril de 2008, julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031.

As emissões diretas de títulos da DPMFi ao público totalizaram R\$ 447,9 milhões, dos quais R\$ 151,3 milhões em LFT e R\$ 107,7 milhões em NTN-C referentes ao contrato de cessão de crédito entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Foram emitidos, ainda, no âmbito dos programas públicos: i) R\$ 51,5 milhões em CFT-E1 para o Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES); ii) R\$ 49,2 milhões em NTN-I para o Programa de Incentivo às Exportações (Proex); e iii) R\$ 31,3 milhões em títulos da dívida agrária (TDA) para indenizações de desapropriação para a reforma agrária.

TABELA 6
EMISSÕES E RESGATES DA DPMFi DO TESOURO
NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, JUL/2005

R\$ milhões				
FATOS	OFERTAS PÚBLICAS	EMISSÕES DIRETAS	TESOURO DIRETO	TOTAL
I. EMISSÕES	51.576,5	447,9	73,5	52.097,9
LFT	12.773,1	151,3	16,5	12.940,9
LTN	31.058,4	0,0	46,4	31.104,9
NTN-B	6.443,0	56,8	4,7	6.504,5
NTN-C	434,7	107,7	3,2	545,6
NTN-D	0,0	0,0	0,0	0,0
NTN-F	867,4	0,0	2,7	870,1
TDA	0,0	31,3	0,0	31,3
Securitizada*	0,0	0,0	0,0	0,0
Demais	0,0	100,7	0,0	100,7
II. RESGATES**	46.858,5	7.100,3	65,5	54.024,3
LFT	6.742,1	976,9	3,0	7.721,9
LTN	33.662,9	3.644,7	43,5	37.351,1
NTN-B	341,0	0,0	0,7	341,6
NTN-C	5.759,5	124,4	16,3	5.900,3
NTN-D	27,0	56,1	0,0	83,2
NTN-F	326,0	0,0	2,1	328,0
TDA	0,0	28,7	0,0	28,7
Securitizada*	0,0	1.517,8	0,0	1.517,8
Demais	0,0	751,7	0,0	751,7
III. VALOR LÍQUIDO (I-II)	4.718,0	-6.652,4	8,0	-1.926,4

* Inclui dívida agrícola.

** Correspondem aos pagamentos e cancelamentos. O montante relativo aos resgates em ofertas públicas dos títulos LFT e NTN-D inclui os resgates de títulos emitidos por meio de colocação direta.

Boxe 4 – Tesouro Direto

Em julho, houve recorde de vendas de títulos por meio do programa Tesouro Direto, que alcançou R\$ 73,5 milhões em vendas. Em relação a julho de 2004, verificou-se aumento de 90,9% nas vendas.

Os títulos mais demandados pelos investidores foram as LTN, representando 63,2% do montante vendido, seguidas pelas LFT (22,4%).

Os volumes de vendas e de investidores cadastrados nos primeiros sete meses de 2005 atingiram, respectivamente, a cifra de R\$ 374,5 milhões e 9.516 investidores. Isso representou aumento de 82% no volume de vendas e de 51,3% no número de investidores em relação ao mesmo período de 2004. Destaca-se que o número de investidores cadastrados no programa atingiu 42.312 pessoas.

As emissões realizadas por meio da venda de títulos pela internet, Programa Tesouro Direto, totalizaram R\$ 73,5 milhões, distribuídos da seguinte forma: i) R\$ 46,5 milhões em LTN com vencimentos em janeiro, abril, julho e outubro de 2006 e janeiro e julho de 2007; ii) R\$ 16,5 milhões em LFT com vencimentos em junho de 2008 e março de 2009; iii) R\$ 4,7 milhões em NTN-B com vencimentos em agosto de 2006 e 2024 e maio de 2007, 2009, 2015 e 2045; iv) R\$ 3,2 milhões em NTN-C com vencimentos em julho de 2017, abril de 2021 e janeiro de 2031; e v) R\$ 2,7 milhões em NTN-F com vencimento em janeiro de 2008.

O volume total de títulos da DPMFi resgatados, em julho, atingiu R\$ 54,0 bilhões, sendo R\$ 47,4 bilhões em pagamento de principal e juros e R\$ 6,6 bilhões referentes a cancelamentos, sendo os mais importantes: i) R\$ 3,5 bilhões em LFT, aceitas nos leilões de troca de LFT; ii) R\$ 2,7 bilhões em LFT, R\$ 69,4 milhões em NTN-C e R\$ 1,9 milhão em CFT-E, todos aceitos na 2ª etapa do leilão de NTN-B; iii) R\$ 153,0 milhões em NTN-C e R\$ 122,9 milhões em LFT, ambos aceitos no leilão de troca de NTN-C; iv) R\$ 81,1 milhões em TDA, referentes ao recebimento de Imposto Territorial Rural (ITR); e v) R\$ 7,7 milhões em LFT, aceitas na segunda etapa do leilão de NTN-C.

Composição

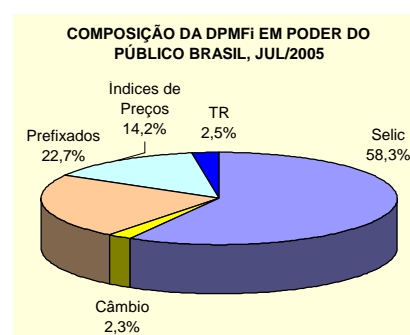
Em relação à composição da DPMFi, observou-se aumento na participação de títulos remunerados pela taxa Selic em 0,75 ponto percentual em função da emissão líquida de LFT, no volume de R\$ 5,2 bilhões. Por outro lado, ocorreram reduções na participação dos títulos com rentabilidade prefixada (0,57 ponto percentual) e remunerados por índices de preços (0,17 ponto percentual), resultado do resgate líquido de LTN, no montante de R\$ 6,2 bilhões, e de NTN-C, no valor de R\$ 5,4 bilhões (apesar da emissão líquida de NTN-B no montante de R\$ 6,2 bilhões).

Os títulos prefixados tiveram sua participação reduzida em 0,57 ponto percentual, enquanto os títulos remunerados pela taxa Selic ampliaram-se em 0,75 ponto percentual.

TABELA 7
COMPOSIÇÃO DA DPMFi DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO POR TIPO DE RENTABILIDADE*
BRASIL, 2004/2005

INDEXADOR	2004		2005	(%)
	JUL	JUN	JUL	
Selic	61,04	57,56	58,31	
Câmbio	5,47	2,25	2,26	
Prefixados	15,68	23,32	22,75	
Índices de Preços	15,97	14,40	14,23	
TR	1,84	2,47	2,45	

* Não inclui dívida agrícola.



Boxe 5 – Títulos Indexados a Índices de Preços

Em consonância com as diretrizes de administração da dívida pública e visando a fortalecer o mercado de títulos remunerados a índices de preços, o Tesouro Nacional realizou, no mês de julho, leilões de NTN-B, remuneradas pelo IPCA e NTN-C, remuneradas pelo IGP-M.

O montante total de NTN-B vendido em julho correspondeu a R\$ 6,4 bilhões, dos quais R\$ 640,5 milhões referem-se ao leilão de compra e venda simultânea. No leilão ocorrido nos dias 13 e 14 de julho, foram vendidos R\$ 5,8 bilhões, dos quais R\$ 3,0 bilhões foram recebidos em dinheiro (51,7%) e R\$ 2,8 bilhões em troca por outros títulos (48,3%). O título mais demandado foi o de 2007 – 96,4% do total leilado – tendo sido vendido à taxa de 12,24% a.a. Os títulos com vencimento em 2009, 2015, 2024 e 2045 foram vendidos às taxas de 10,0% a.a., 8,89% a.a., 8,90% a.a. e 9,10% a.a., respectivamente.

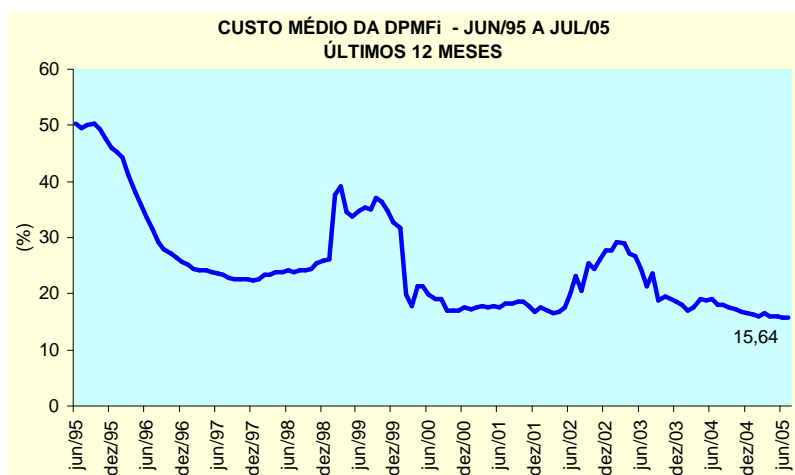
No leilão de NTN-C, realizado nos dias 29 e 30 de junho, com liquidação financeira no dia 1º de julho de 2005, foram emitidos R\$ 164,0 milhões. Desse montante, R\$ 156,3 milhões corresponderam à parcela recebida em dinheiro (95,3%) e R\$ 7,7 milhões à parcela recebida em títulos (4,7%). Os títulos com vencimento em 2031 representaram 86,5% do total vendido, saindo à taxa de 8,40% a.a.. As taxas de venda observadas para as NTN-C com vencimento em 2017 e 2021 foram de 8,36% a.a. e 8,40% a.a., respectivamente.

Conforme o cronograma previsto para julho, realizou-se leilão de NTN-C, nos dias 28 e 29 de julho, com liquidação financeira em 1º de agosto de 2005. O montante total negociado foi de R\$ 91,2 milhões, sendo que 99,4% corresponderam à venda em dinheiro (R\$ 90,7 milhões), e os 0,6% restantes à parcela recebida em títulos (R\$ 0,5 milhão).

O custo médio da DPMFi em poder do público aumentou de 15,81% a.a., em junho, para 17,22% a.a., em julho, em função da depreciação do real frente ao dólar americano (1,71%), contra apreciação (2,22%) no mês anterior, elevando o custo anual da NTN-D.

Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da DPMFi passou de 16,74% a.a., em junho, para 16,91% a.a., em julho, devido a: i) menor variação negativa do IGP-M (-0,34% em julho contra -0,44% em junho) elevando o custo anual da NTN-C em 1,07 ponto percentual; e ii) maior variação do IPCA (0,25% em julho contra -0,02% em junho), que elevou o custo anual da NTN-B em 1,18 ponto percentual.

No acumulado dos últimos 12 meses, o custo médio da DPMFi, apresentou decréscimo, passando de 15,72% a.a., em junho, para 15,64% a.a., em julho, principalmente em função dos seguintes fatores: i) menor variação do IGP-M (-0,34% em julho de 2005 contra 1,31%, em julho de 2004); e ii) menor variação do IPCA (0,25%, em julho de 2005, contra 0,91% no mesmo mês do ano anterior). Vale ressaltar que o custo médio acumulado em doze meses reflete melhor o comportamento do custo de financiamento da dívida pública ao longo do tempo, tendo em vista a significativa influência das variações de curto prazo nos indexadores dos títulos públicos sobre o custo médio mensal.



Custo Médio

**TABELA 8
CUSTO MÉDIO ANUALIZADO DA DPMFi DO
TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO
BRASIL, 2000/2005**

PERÍODO	(% anual)	
	TOTAL (1)	TOTAL (2)
2000	17,45	17,64
2001	17,00	16,79
2002	21,00	27,62
2003	22,91	18,41
2004	17,57	15,04
Jul	17,24	14,55
Ago	16,22	13,96
Set	15,29	14,90
Out	17,49	14,16
Nov	17,37	15,54
Dez	17,17	16,39
2005	16,93	16,05
Jan	17,34	16,51
Fev	18,71	19,37
Mar	18,20	16,71
Abr	17,03	15,04
Mai	16,74	15,81
Jun	16,91	17,22
Jul	16,91	17,22

(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio

O custo médio da DPMFi em poder do público, acumulado nos últimos doze meses, foi de 15,64% a.a., apresentando redução de 0,08 ponto percentual em relação ao mês anterior.

Em julho, o prazo médio das LTN apresentou crescimento de 1,94 mês, devido à emissão deste título com prazo médio de 16,11 meses, superior ao prazo médio do seu estoque em junho (6,73 meses). Assim como as LTN, as NTN-C apresentaram prazo médio de emissão (120,8 meses) superior ao prazo médio de estoque desses títulos em junho (66,8 meses), resultando no aumento

Prazo Médio

Em comparação a junho, o prazo médio da DPMFi em poder do público cresceu 0,39 mês.

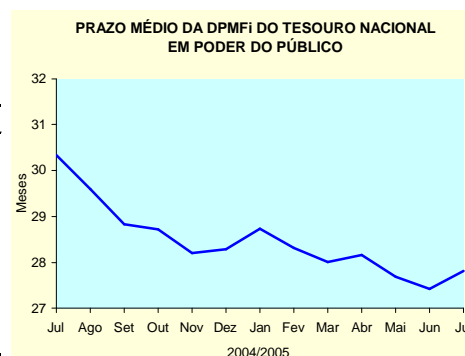
de 4,15 meses no prazo médio do título. Em função desses resultados positivos, o prazo médio da DPMFi em poder do público apresentou crescimento de 0,39 mês (27,81 meses, em julho, contra 27,42 meses, em junho).

TÍTULOS	2004		2005	
	JUL	JUN	JUL	JUN
LTN	6,64	6,73	8,67	
LFT	19,24	18,34	18,24	
NTN-B	103,56	94,10	84,79	
NTN-C	71,41	66,80	70,95	
NTN-D	11,33	16,24	15,52	
TDA	60,30	64,02	63,46	
Dívida Securitizada*	60,43	75,48	79,23	
Demais	100,83	88,44	88,23	
TOTAL	30,34	27,42	27,81	

(*) Inclui dívida agrícola.

PERÍODO		Meses	
		TOTAL	OF. PUB. (1)
2004	Jul	30,34	23,23
	Ago	29,60	22,42
	Set	28,83	21,60
	Out	28,72	21,65
	Nov	28,21	21,18
2005	Dez	28,29	20,69
	Jan	28,73	21,41
	Fev	28,32	21,26
	Mar	28,01	21,10
	Abr	28,16	21,50
	Mai	27,69	21,16
	Jun	27,42	21,01
Jul	27,81	21,59	

(1) Títulos emitidos por meio de Oferta Pública



Dívida Externa Líquida

A dívida externa líquida do Tesouro Nacional encerrou o mês de julho com saldo de R\$ 174,0 bilhões, inferior em 4 pontos percentuais do PIB (R\$ 47,8 bilhões) ao registrado em julho de 2004. Contribuíram para esse resultado, a apreciação do real e a amortização da dívida externa.

No mês de julho de 2005, o estoque da dívida externa líquida, em moeda nacional, apresentou decréscimo de 2,21% mesmo com a depreciação do real frente ao dólar (1,71%). O motivo para essa redução foi fundamentalmente o vencimento dos títulos Global 2005 e Euro 2005 nos montantes de R\$ 2,3 bilhões e R\$ 3,5 bilhões, respectivamente. Na moeda norte-americana, o saldo devedor sofreu decréscimo de 3,85%.

Relativamente ao mês anterior, a dívida externa líquida expressa em reais diminuiu R\$ 4,0 bilhões (0,2 ponto percentual do PIB).

DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	2004 JUL	2005 JUN JUL	
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	175.446	147.373	142.731
Bônus de Renegociação	46.607	31.743	32.119
Bônus de Captação	128.839	115.630	110.612
II. DÍVIDA CONTRATUAL	50.563	34.614	35.240
Organismos Multilaterais	28.575	21.127	21.554
Bancos Privados/Ag. Governamentais	9.640	7.380	7.501
Clube de Paris	12.348	6.106	6.185
DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA - DPFe (I + II)	226.009	181.987	177.972
III. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.893	-3.691	-3.629
IV. DISP. FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-357	-330	-341
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA (I + II + III + IV)	221.759	177.966	174.002
DÍVIDA EXTERNA LÍQUIDA/PIB	13,3%	9,5%	9,3%

O serviço da DPFe, em julho, totalizou R\$ 7,6 bilhões, dos quais R\$ 5,9 bilhões referem-se ao pagamento de principal - a maior parte referente à dívida mobiliária - e R\$ 1,7 bilhão ao pagamento de juros e encargos.

TABELA 11
EXECUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL EXTERNA (DPFe)
BRASIL, JUL/2005

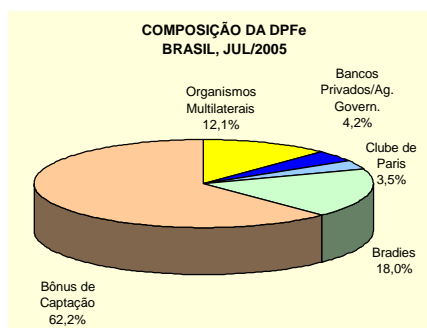
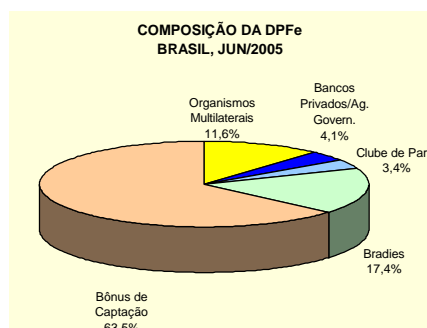
DISCRIMINAÇÃO	R\$ milhões		
	PRINCIPAL	JUROS E ENCARGOS	TOTAL
I. ENCARGOS TOTAIS¹	5.884,1	1.683,7	7.567,8
I.1. Organismos Multilaterais	37,6	27,1	64,7
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	17,8	5,8	23,5
I.3. Clube de Paris	0,0	0,0	0,0
I.4. Dívida Mobiliária	5.828,8	1.650,8	7.479,6
BÔNUS (taxas)	0,0	0,0	0,0
EURO2005	3.480,6	313,3	3.793,8
GLOBAL2006	0,0	183,7	183,7
GLOBAL2012	0,0	164,2	164,2
GLOBAL2005	2.348,2	113,0	2.461,2
GLOBAL2020	0,0	149,7	149,7
GLOBAL2007A	0,0	117,2	117,2
GLOBAL2007	0,0	200,5	200,5
GLOBAL2014	0,0	153,3	153,3
GLOBAL2034	0,0	192,3	192,3
EUROLIBRA2007	0,0	63,8	63,8

(1) A execução da dívida pode divergir da variação do estoque informado na tabela 10, em virtude da defasagem de tempo entre a movimentação financeira do caixa do Tesouro e a efetiva sensibilização do saldo devedor. Essa defasagem de tempo decorre do prazo entre a compra da moeda estrangeira e o efetivo vencimento da obrigação.

As despesas com principal, juros e encargos da dívida externa foram de R\$ 7,6 bilhões no mês.

Em relação à composição da DPFe, destaca-se a redução da participação dos Bônus de Captação (1,39 ponto percentual), devido à amortização do Global 2005 e do Euro 2005 e ao aumento na participação da dívida com Organismos Multilaterais em 0,5 ponto percentual, decorrente da contratação de novos empréstimos.

Composição



O prazo médio da dívida mobiliária externa apresentou acréscimo em relação a junho, passando de 5,66 anos para 5,80 anos, em função dos vencimentos dos títulos Global 2005 e Euro 2005 no mês.

O custo médio, em dólares, no mês de julho, permaneceu inalterado em 9,21% a.a., quando comparado a junho.

Em julho, o prazo médio da dívida pública mobiliária externa elevou-se para 5,80 anos. O custo médio, por sua vez, manteve-se inalterado em 9,21% a.a.

DISCRIMINAÇÃO	2004		2005	
	JUL	JUN	JUL	JUN
PRAZO MÉDIO (ANOS)	6,12	5,66	5,80	
Bônus de Renegociação	5,51	5,46	5,06	
Bônus de Captação	6,34	5,72	6,02	
Globais	7,34	6,60	6,76	
Euros	3,06	2,88	3,35	
Demais	2,45	1,65	1,51	
CUSTO MÉDIO (% a.a.) *	8,82	9,21	9,21	
Bônus de Renegociação	4,95	6,06	6,06	
Bônus de Captação	10,22	10,07	10,13	
Globais	10,51	10,38	10,41	
Euros	10,28	9,76	9,91	
Demais	6,05	6,05	5,85	

* Custo Médio em dólares.

Boxe 6 – Troca de C-Bond por Título Global Soberano

O Tesouro Nacional realizou, entre os dias 21 de julho e 1º de agosto, operação de troca parcial do estoque de *Front Loaded Interest Reduction Bonds with Capitalization (FLIRB-C)*, denominado C-Bond. A operação consistiu na troca deste título ao par, com vencimento em 2014, por um título Global, com vencimento em 2018, sem opção de compra, com estrutura de vencimento semelhante, mas deslocada no tempo, em relação à do C-Bond. Como resultado desta operação, foram retirados de mercado aproximadamente US\$ 4,4 bilhões em C-Bonds, sendo emitido esse mesmo montante do novo título, A-bond, ao preço de 101,25% do valor de face, o que resultou em uma *yield* de 7,58% a.a.. Destaca-se ainda que o cupom, de 8,0% a.a., será pago semestralmente nos dias 15 de janeiro e julho. Já a primeira amortização do novo título será no dia 15 de janeiro de 2009. Com a operação, houve um alongamento dessa parcela da dívida em 3,75 anos. Além disso, o Brasil irá reduzir a necessidade de pagamento de principal da DPFe em cerca de US\$ 250,5 milhões por semestre entre outubro de 2005 e abril de 2009, o que totaliza aproximadamente US\$ 1,8 bilhão.

Anexos

a) Lista de Abreviaturas

b) Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A1 – Resultado Primário do Governo Central

Tabela A2 – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional

Tabela A3 – Relacionamento Tesouro/Banco Central

Tabela A4 – Operações Oficiais de Crédito

c) Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

Tabela A5 – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)

Tabela A6 – Dívida Externa do Tesouro Nacional

Tabela A7 – Dívida Pública Mobiliária Federal

Tabela A8 – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

d) Outras Informações

Tabela A9 – Custeio por Órgão até Julho 2004/2005

Tabela A10 – Investimento por Órgão até Julho 2004/2005

e) Boletins de Transferências para Estados e Municípios

Boletim FPE/FPM

Boletim Fundef

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviaturas mais comuns do Resultado Fiscal

Caged – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CIDE – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
Cofins – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido
FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FPE – Fundo de Participação de Estados
FPM – Fundo de Participação de Municípios
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados
IRPF – Imposto de Renda de Pessoa Física
IRPJ – Imposto de Renda de Pessoa Jurídica
IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte
LOAS – Lei Orgânica de Assistência Social
PAES – Parcelamento Especial (Refis II)
Pasep – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público
PESA – Programa Especial de Saneamento de Ativos
PIB – Produto Interno Bruto
PIS – Programa de Integração Social
POOC – Programa das Operações Oficiais de Crédito
Proex – Programa de Incentivo às Exportações
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSH – Programa de Subsídio à Habitação
Refis – Programa de Recuperação Fiscal
RGPS – Regime Geral da Previdência Social
RMV – Renda Mensal Vitalícia

Abreviaturas mais comuns da Dívida Líquida

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFT – Certificado Financeiro do Tesouro (séries)
CVS – título representativo da dívida do FCVS
DPFe – Dívida Pública Federal Externa
DPMFi – Dívida Pública Mobiliária Federal Interna
FCVS – Fundo de Compensação de Variações Salariais
Fies – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
IGP-DI – Índice Geral de Preços (Disponibilidade Interna)
IGP-M – Índice Geral de Preços (Mercado)
Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Ampliado
LFT – Letras Financeiras do Tesouro (séries)
LTN – Letras do Tesouro Nacional
NTN – Notas do Tesouro Nacional (Séries)
PAF – Plano Anual de Financiamento
Selic – Sistema Especial de Liquidação e Custódia
TR – Taxa Referencial

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jul/2004	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2005
I. RECEITA TOTAL	35.130,5	33.812,2	34.807,5	36.281,2	34.076,2	48.154,4	41.420,7	35.265,7	38.278,2	42.799,8	36.936,6	40.441,6	40.193,2
I.1. Receitas do Tesouro	27.527,5	26.134,9	27.246,3	28.410,2	26.258,7	34.703,0	33.308,5	27.740,3	29.875,2	34.091,1	28.638,9	31.692,4	31.604,4
I.1.1 Receita Bruta	29.433,9	27.675,9	28.226,2	30.355,4	27.428,5	35.274,6	33.672,5	28.177,4	30.605,9	34.615,1	29.369,7	33.419,6	33.960,3
- Impostos	12.033,3	10.961,8	11.620,0	11.953,6	10.300,5	15.837,6	13.664,9	10.986,8	13.128,7	14.643,1	12.178,2	15.977,8	12.899,3
- Contribuições	13.554,7	13.608,9	13.934,3	14.173,2	13.363,2	15.028,6	15.897,5	13.638,2	14.080,8	14.976,9	14.028,6	14.810,5	16.309,9
- Demais	3.845,9	3.105,2	2.671,8	4.228,6	3.764,8	4.408,5	4.110,1	3.552,5	3.396,4	4.995,1	3.162,8	2.631,3	4.751,1
I.1.2. (-) Restituições	-1.906,4	-1.541,0	-979,9	-1.945,2	-1.169,8	-571,6	-364,0	-437,0	-730,7	-524,0	-730,8	-1.727,2	-2.356,0
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.2. Receitas da Previdência Social	7.509,3	7.583,4	7.439,5	7.758,7	7.680,8	13.318,7	8.047,0	7.371,0	8.236,1	8.598,3	8.187,8	8.589,1	8.474,5
I.3. Receitas do Banco Central	93,7	94,0	121,7	112,2	136,8	132,7	65,2	154,4	166,9	110,4	109,9	160,1	114,3
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	5.316,6	6.033,5	5.063,6	5.704,0	6.220,5	6.342,8	7.396,1	6.699,0	6.209,7	6.557,4	7.996,6	6.648,0	6.463,2
II.1. Transferências Constitucionais (PI, IR e outras)	3.470,2	4.467,5	3.887,3	4.156,0	4.141,5	5.069,4	5.685,6	4.972,1	4.775,9	5.198,0	5.835,6	5.625,7	4.652,7
II.2. Lei Complementar 87/ Fundo de Compensação de Exportações (1)	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	358,3	361,5	359,3	353,2	359,5	357,4	344,9
II.3. Transferências da Cide	254,8	2,6	3,2	434,5	0,0	0,0	465,5	0,0	0,0	430,1	0,0	0,0	453,5
II.4. Demais	783,2	1.205,1	814,7	755,1	1.720,6	919,3	886,7	1.365,4	1.074,5	576,0	1.801,5	664,9	1.012,0
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	29.813,9	27.778,7	29.743,9	30.577,2	27.855,7	41.811,6	34.024,6	28.566,7	32.068,5	36.242,4	28.939,9	33.793,6	33.730,0
IV. DESPESA TOTAL	26.179,3	24.318,6	25.038,2	25.835,3	26.098,6	44.573,8	25.704,1	26.142,0	25.166,8	23.240,3	25.861,1	27.654,3	28.648,5
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	7.913,6	6.576,0	7.067,8	7.119,6	8.106,9	11.008,8	8.169,5	7.374,0	6.497,6	6.255,5	6.430,8	7.220,3	8.315,0
IV.2. Benefícios Previdenciários	9.920,1	10.154,0	10.077,7	10.314,1	10.141,8	19.922,2	10.497,6	11.169,3	10.573,3	10.611,6	10.530,9	11.735,9	11.561,3
IV.3. Custeio e Capital	8.186,6	7.419,7	7.702,2	8.205,6	7.632,7	13.298,1	6.945,8	7.377,6	7.856,3	6.205,7	8.719,0	8.526,9	8.594,9
IV.3.1. Despesa do FAT	1.193,6	1.007,4	1.057,3	979,7	608,7	1.098,3	615,1	500,8	858,4	671,5	862,2	860,6	1.309,3
- Abono e Seguro Desemprego	1.159,3	962,0	1.015,5	946,1	579,3	1.022,5	611,5	477,1	830,1	635,4	843,7	830,5	1.271,6
- Demais Despesas do FAT	34,3	45,3	41,8	33,5	29,4	75,7	3,6	23,7	28,3	36,1	18,5	30,1	37,7
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas (2)	333,6	479,0	292,1	282,4	417,0	2.028,1	112,8	1.357,6	875,9	18,2	424,4	347,8	532,3
IV.3.3. Benefícios Assistenciais (LOAS e RMV) (3)	660,0	667,8	673,4	679,8	686,5	661,9	617,5	692,1	702,6	703,8	712,2	819,6	821,7
IV.3.4. Outras Despesas de Custeio e Capital	5.999,4	5.265,6	5.679,4	6.263,8	5.920,6	9.509,9	5.600,3	4.827,0	5.419,4	4.812,2	6.720,3	6.498,9	5.931,6
IV.4. Transferência do Tesouro ao Banco Central	47,3	45,4	58,9	63,7	54,6	72,7	8,6	105,6	51,0	51,7	53,7	50,3	49,3
IV.5. Despesas do Banco Central	111,8	123,5	131,7	132,3	162,6	271,9	82,5	115,5	188,6	115,8	126,7	121,0	128,1
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	3.634,5	3.460,1	4.705,7	4.741,9	1.757,1	-2.762,2	8.320,5	2.424,7	6.901,7	13.002,1	3.078,8	6.139,3	5.081,5
V.1. Tesouro Nacional	6.063,5	6.060,3	7.353,8	7.317,3	4.244,0	3.980,6	10.788,4	6.184,1	9.260,5	15.020,9	5.438,7	9.247,0	8.182,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (4)	-2.410,8	-2.570,6	-2.638,1	-2.555,3	-2.461,1	-6.603,5	-2.450,6	-3.798,3	-2.337,1	-2.013,3	-2.343,1	-3.146,8	-3.086,8
V.3. Banco Central (5)	-18,1	-29,5	-10,0	-20,1	-25,8	-139,3	-17,3	38,9	-21,7	-5,5	-16,8	39,1	-13,8
VI. AJUSTE METODOLÓGICO (6)	365,5	228,0	285,3	0,0	0,0	0,0	128,6	167,4	200,0	164,2	331,7	168,2	331,2
VII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	47,2	78,0	-888,0	773,2	719,8	-347,3	57,9	-464,8	103,3	1.141,5	-1.206,7	-247,4	nd
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (7)	4.047,2	3.766,2	4.103,0	5.515,1	2.476,9	-3.109,5	8.507,0	2.127,3	7.205,0	14.307,9	2.203,8	6.060,0	nd
IX. JUROS NOMINAIS (7)	-4.775,3	-5.818,6	-4.160,4	-8.657,4	-5.153,0	-5.535,7	-9.357,9	-7.851,2	-10.971,7	-7.014,5	-9.468,5	-13.248,6	nd
X. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (7)	-728,1	-2.052,4	-57,4	-3.142,3	-2.676,1	-8.645,2	-850,9	-5.724,0	-3.766,7	7.293,3	-7.264,7	-7.188,6	nd
Memo:													
RMV em R\$ mi	146,1	149,9	148,6	147,3	145,9	86,4	143,6	140,9	143,0	140,2	139,6	159,0	157,8

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui receitas de contribuição do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária, conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) A partir de janeiro de 2004 as transferências a estados e municípios associadas à Lei Complementar 87/1996 passaram a ser denominadas Fundo de Compensação das Exportações.

(2) Inclui despesas com subvenções aos fundos regionais e, a partir de 2005, despesas com reordenamento de passivos.

(3) Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e Renda Mensal Vitalícia (RMV) são benefícios assistenciais pagos pelo Governo Central.

(4) Receita de contribuições menos benefícios previdenciários.

(5) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias (inclui transferência do Tesouro Nacional).

(6) Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaípu com o Tesouro Nacional.

(7) Pelo critério "abaixo-da-linha", com desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jul/2004	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2005
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	34.435,2	36.810,4	35.683,2	35.171,2	38.351,0	54.023,2	33.353,5	38.220,6	40.242,6	38.808,9	41.525,0	41.811,0	38.322,5
I.1 - Recolhimento Bruto	24.675,7	27.259,0	26.093,7	24.791,7	28.640,0	37.104,5	22.199,2	28.163,5	29.484,9	27.731,4	30.879,1	30.878,1	28.135,7
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	1.185,9	1.061,6	1.119,4	1.502,6	1.038,9	1.969,7	1.550,7	1.262,8	1.543,5	1.248,4	1.463,7	1.469,9	930,0
I.4 - Receita das Operações de Crédito	243,4	90,8	103,5	121,8	114,1	385,2	334,2	348,4	185,0	332,2	219,2	259,3	207,8
I.5 - Receita do Salário Educação	181,8	191,8	172,4	189,0	196,5	357,4	171,3	385,2	232,6	204,9	198,8	176,9	322,0
I.6 - Arrecadação Líquida da Previdência Social	8.137,1	8.197,4	8.192,3	8.558,0	8.329,5	14.194,6	9.077,6	8.057,4	8.793,0	9.281,4	8.727,8	9.007,0	8.676,3
I.6 - Remuneração de Disponibilidades - BB	11,3	9,8	1,9	8,0	32,0	11,8	20,5	3,2	3,5	10,6	36,4	19,8	50,6
II. DESPESAS	34.151,0	34.953,0	35.634,9	36.897,3	44.256,0	43.653,7	35.898,3	38.737,4	33.177,7	36.665,1	39.405,3	39.832,0	44.248,6
II.1 - Liberações Vinculadas	6.626,9	7.555,8	6.153,1	7.072,5	7.354,3	7.239,3	8.897,6	8.671,2	7.130,7	8.132,8	9.551,4	8.186,5	7.766,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	3.694,0	4.758,7	4.139,5	4.425,9	4.410,5	5.401,4	6.058,9	5.298,9	5.089,3	5.538,3	6.219,7	5.997,9	4.958,3
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	627,3	998,2	380,3	932,0	1.242,6	501,2	808,2	1.149,7	373,4	815,0	1.212,8	422,2	928,5
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	808,3	358,3	358,3	358,3	358,3	354,1	396,1	361,5	359,3	353,2	712,7	357,4	344,9
II.1.4 - Outras Vinculações	1.497,3	1.440,7	1.275,0	1.356,3	1.342,9	982,6	1.634,3	1.861,0	1.308,7	1.426,2	1.406,2	1.409,1	1.534,3
II.2 - Liberações Ordinárias	27.524,0	27.397,1	29.481,8	29.824,8	36.901,6	36.414,3	27.000,7	30.066,3	26.047,0	28.532,3	29.853,9	31.645,5	36.482,5
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	6.482,3	6.938,0	7.121,8	6.931,3	10.240,1	9.342,6	8.538,3	7.214,2	6.293,8	6.457,5	7.019,2	8.663,8	6.723,6
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	2.279,0	1.168,4	1.018,5	3.498,5	1.859,1	1.138,0	1.664,7	1.665,0	825,9	2.353,5	1.651,1	1.467,8	4.782,0
i) Dívida Contratual Interna	111,3	108,0	109,4	229,0	90,6	424,1	102,7	114,2	108,8	115,7	105,1	139,8	69,0
ii) Dívida Contratual Externa	2.167,7	1.060,4	909,1	3.269,5	1.768,5	714,0	1.562,0	1.550,8	717,1	2.237,8	1.546,1	1.328,0	4.713,0
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.328,3	3.209,4	2.513,9	3.769,4	4.307,9	1.320,6	2.705,0	4.096,4	2.404,7	3.904,1	3.737,2	3.490,8	6.747,4
II.2.4 - Benefícios Previdenciários	9.503,1	9.796,6	9.997,3	9.930,1	13.775,2	15.762,4	10.359,5	10.862,7	10.014,8	10.391,3	10.696,1	11.261,0	11.187,2
II.2.5 - Custeio e Investimento	6.500,8	5.862,1	8.531,8	5.341,0	5.610,1	8.142,4	3.615,0	5.706,1	6.253,3	5.241,4	6.212,5	6.319,4	6.531,3
II.2.6 - Operações Oficiais de Crédito	430,5	422,5	298,6	354,5	1.109,2	708,2	118,3	521,8	254,6	184,5	537,8	442,7	511,0
II.2.7 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	284,3	1.857,4	48,3	-1.726,2	-5.904,9	10.369,5	-2.544,9	-516,9	7.064,9	2.143,8	2.119,6	1.978,9	-5.926,1
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	30.089,1	19.323,5	23.331,1	38.778,5	33.080,7	33.862,7	38.587,7	31.388,4	34.785,2	35.307,3	32.459,8	28.540,2	70.620,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	28.505,3	18.180,5	22.562,6	37.856,4	31.249,0	32.432,0	37.326,9	30.142,2	34.008,6	34.221,5	31.358,4	27.569,7	70.005,0
IV.2 - Outras Operações de Crédito	1.583,8	1.143,0	768,5	922,1	1.831,7	1.430,7	1.260,8	1.246,2	776,6	1.085,9	1.101,4	970,5	614,9
V. DESPESAS	29.375,9	18.959,5	15.495,1	36.764,6	28.017,8	21.253,6	37.336,1	22.331,2	17.498,7	37.574,6	24.176,3	25.778,7	41.200,8
V.1 - Amortização da Dívida Interna	27.213,4	18.010,9	13.380,6	32.328,6	25.183,8	20.456,9	35.771,7	22.139,6	17.091,6	36.313,3	21.986,1	19.285,0	39.351,3
V.1.1 - Resgate de Títulos - Mercado	27.126,6	17.918,1	13.285,5	31.978,5	25.100,7	20.099,8	35.680,0	22.038,9	16.988,4	36.205,6	21.876,2	19.159,2	39.253,1
V.1.2 - Dívida Contratual	86,8	92,7	95,1	350,1	83,1	357,1	91,7	100,7	103,1	107,7	110,0	125,7	98,1
V.2 - Amortização da Dívida Externa	2.162,5	948,7	2.114,5	4.436,0	2.834,0	796,7	1.564,4	191,6	407,2	1.261,4	2.190,1	6.493,7	1.849,5
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	1.378,7	262,3	9.277,1	5.877,9	6.148,3	12.332,2	1.646,9	8.103,3	17.020,2	-1.984,1	9.482,2	8.410,5	30.751,9
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VI)	-1.480,7	2.201,7	8.334,7	962,7	-2.583,6	23.539,6	-2.311,8	7.890,9	28.260,1	-1.172,0	14.110,6	6.761,4	20.831,3

(*) Critério Liberação. Dados revistos, sujeitos a alteração.



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jul/2004	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2005
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	28.826,9	5.645,4	10.750,4	28.569,3	13.770,4	4.570,3	38.081,4	4.430,6	17.308,8	36.872,5	7.407,4	3.120,9	27.436,6
I.1. Emissão de Títulos	27.832,0	4.267,7	7.403,3	27.034,7	12.775,3	3.399,6	35.965,9	3.499,7	13.602,9	36.057,5	5.635,9	754,0	24.823,0
I.2. Remuneração das Disponibilidades	890,6	1.233,4	766,4	1.364,0	880,3	1.116,5	1.984,3	895,3	3.627,0	768,6	1.644,3	2.206,9	2.455,5
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	104,2	144,2	84,8	170,7	114,8	54,2	131,2	35,6	78,9	46,4	127,2	160,0	158,1
I.4. Resultado do Banco Central	0,0	0,0	2.495,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
II. DESPESAS NO BACEN	31.305,0	5.665,0	10.300,0	27.894,3	15.511,9	4.009,5	39.100,0	5.080,1	13.400,0	37.921,0	3.700,0	1.100,0	30.098,3
II.1. Resgate de Títulos	27.620,0	4.215,0	8.885,8	25.093,9	13.350,0	2.789,5	36.150,0	3.523,9	11.800,0	36.400,0	3.200,0	0,0	27.000,0
II.2. Encargos da DPMF	3.685,0	1.450,0	1.414,2	2.800,4	2.161,9	1.220,0	2.950,0	1.556,1	1.600,0	1.521,0	500,0	1.100,0	3.098,3
III. RESULTADO (I - II)	-2.478,1	-19,6	450,4	675,0	-1.741,6	560,8	-1.018,6	-649,4	3.908,8	-1.048,5	3.707,4	2.020,9	-2.661,8

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

TABELA A4 - SUBSÍDIOS E SUBVENÇÕES ECONÔMICAS (OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO) (*)

R\$ milhões

	Jul/2004	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2005
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	9,9	7,6	6,7	11,2	10,3	8,1	1,3	32,1	19,4	2,2	35,0	19,4	20,9
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	16,2	133,1	0,0	0,0	0,7	21,7	0,0	26,3	0,8	0,1	0,2	0,2	177,9
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	17,2	7,1	7,8	13,5	115,1	156,9	80,0	101,0	125,1	29,6	48,4	-2,5	29,0
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	0,2	0,0	0,3	0,2	1,2	0,1	0,0	0,4	0,0	0,0	0,3	0,4	1,0
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	16,9	7,1	7,3	13,3	112,7	146,6	78,0	90,3	115,1	19,6	18,1	-42,9	7,5
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	0,0	0,0	0,2	0,0	1,2	10,2	2,0	10,3	10,0	10,0	30,0	40,1	20,5
IV. PRONAF	119,0	94,1	53,0	30,6	89,5	280,3	-3,5	47,7	17,5	5,8	35,4	9,5	156,5
IV.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	78,9	73,2	20,9	25,9	28,7	254,5	6,8	38,4	18,6	3,0	34,8	16,8	134,1
IV.2. Concessão de Financiamento (1)	40,1	20,9	32,1	4,7	60,8	25,8	-10,4	9,4	-1,1	2,8	0,5	-7,3	22,4
V. PROEX	73,9	100,5	132,8	36,2	45,1	132,6	-81,2	225,0	31,6	-82,4	72,3	136,9	33,0
V.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	73,7	27,2	54,4	15,4	13,1	160,4	0,0	187,5	16,9	8,7	54,5	28,3	55,5
V.2. Concessão de Financiamento (1)	0,2	73,3	78,4	20,8	32,0	-27,9	-81,2	37,5	14,7	-91,1	17,7	108,6	-22,5
VI. PROGRAMA ESPECIAL DE SANEAMENTO DE ATIVOS (PESA) (2)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	99,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	278,9	12,0
VII. CACAU	0,0	0,0	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
VIII. PROGRAMA DE SUBSÍDIO À HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL (PSH)	53,2	61,9	10,4	0,0	0,0	0,0	0,0	3,9	17,2	22,6	68,8	3,9	2,5
IX. SECURITIZAÇÃO DA DÍVIDA AGRÍCOLA (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	129,2	3,5	1.109,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
X. FUNDO DA TERRA/ INCRA (1)	14,1	0,6	9,8	57,1	62,4	68,5	7,4	9,5	3,1	10,7	6,7	11,3	9,5
XI. FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO (FND) (1)	-45,3	-39,4	-35,2	-42,4	-35,8	-40,4	-53,7	219,5	-41,0	-54,9	83,7	-38,3	-53,8
XII. TOTAL	258,1	365,6	185,9	235,4	290,8	1.836,2	-49,7	665,1	173,7	-66,2	350,4	419,4	387,5

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração. Não inclui reordenamento de passivos e despesas com subvenções aos fundos regionais.

(1) Concessão de empréstimos menos retornos.

(2) Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO PÚBLICO

R\$ milhões

	Jul/2004	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2005
I. DÍVIDA INTERNA	160.466,8	164.825,2	171.905,7	174.546,4	182.631,6	210.387,8	213.145,4	233.439,2	256.955,2	251.159,8	275.026,8	293.185,7	299.790,7
Dívida Mobiliária em Poder do Público ¹	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4
Dívida Bancária	25.465,9	25.442,0	25.415,9	25.402,9	25.370,6	25.090,2	25.069,9	25.046,7	24.997,9	24.974,6	24.961,4	24.925,3	24.922,5
INSS	-16.406,9	-16.593,9	-16.811,3	-16.892,0	-16.981,5	-17.120,8	-17.209,8	-17.266,6	-17.335,7	-17.507,3	-17.545,0	-17.501,1	-17.422,4
Lei 7.976/89	-9.094,7	-8.819,6	-8.570,7	-8.565,3	-8.191,1	-7.731,7	-7.547,2	-7.438,6	-7.590,9	-7.266,2	-6.895,6	-6.382,3	-6.464,3
Bônus Renegociação	-19.107,9	-18.595,0	-18.126,7	-17.650,3	-16.887,6	-16.223,1	-15.981,5	-15.777,1	-16.144,4	-14.880,7	-14.085,5	-13.553,0	-13.741,6
Lei 8.727/93	-47.911,6	-47.959,0	-48.014,4	-48.040,4	-48.041,9	-48.043,8	-48.064,9	-48.070,3	-48.000,8	-48.044,1	-48.085,7	-48.038,9	-48.010,5
Lei 9.496/97	-230.668,9	-233.701,8	-237.054,4	-237.968,3	-239.836,1	-242.218,8	-242.599,7	-243.887,9	-245.134,6	-248.071,4	-249.796,6	-249.685,8	-249.455,1
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-33.833,8	-34.364,1	-34.893,8	-35.245,0	-35.496,7	-36.180,0	-36.336,7	-36.533,4	-36.779,7	-37.330,0	-37.529,3	-37.556,2	-37.661,9
Recebíveis das Estatais	-35.738,4	-36.256,1	-37.308,8	-37.036,3	-37.014,0	-37.213,7	-37.632,4	-37.739,7	-38.396,6	-36.918,5	-36.957,6	-36.972,9	-36.486,5
Outros	-44.990,7	-44.849,7	-44.355,2	-44.423,1	-44.580,2	-45.378,0	-45.505,8	-45.095,3	-45.238,0	-45.456,3	-44.911,0	-44.618,3	-44.343,8
Fat	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7
Demais Entidades	-44.165,5	-44.657,8	-45.108,4	-45.778,9	-46.300,3	-47.167,1	-46.937,6	-47.524,0	-47.875,9	-48.774,7	-43.318,3	-43.972,1	-43.959,5
Créditos das Operações Oficiais	-13.721,5	-13.561,0	-13.852,6	-13.215,4	-13.920,6	-13.714,6	-13.462,4	-13.454,6	-13.703,8	-13.219,4	-13.152,8	-13.136,0	-13.276,2
Arrecadação a Recolher	-7.576,0	-6.057,8	-5.565,6	-8.292,0	-6.088,0	-176,0	-10.523,0	-7.055,0	-6.059,0	-10.344,3	-6.428,3	-6.488,0	-8.637,6
II. DÍVIDA EXTERNA	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8
Dívida Mobiliária	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4
Títulos Depositados em Garantias	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2
Dívida Contratual	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4
Disponibilidades	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	382.225,5	380.092,5	383.715,8	387.377,7	388.057,0	410.280,1	408.274,0	431.740,5	462.098,1	443.341,9	456.770,2	471.151,2	473.792,5
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	23,0%	22,5%	22,5%	22,5%	22,3%	23,2%	22,9%	24,0%	25,5%	24,2%	24,7%	25,2%	25,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

¹ Inclui Dívida Securitizada, Certificados de Privatização e TDA . Ver Tabela A7.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOURO NACIONAL

R\$ milhões

	Jul/2004	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2005
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	175.445,7	170.452,2	168.306,0	169.098,2	162.942,2	160.369,3	157.408,0	160.960,6	167.327,2	156.421,6	148.544,5	147.373,0	142.731,4
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	46.606,5	45.174,5	43.972,3	41.278,6	39.460,7	38.358,1	37.930,3	37.499,7	38.487,3	34.186,4	32.464,4	31.743,2	32.119,3
Brazil Investment Bond (BIB)	890,5	863,1	796,8	796,2	761,1	739,8	731,6	723,3	701,8	666,3	632,8	618,7	629,3
Par Bond (PB)	4.643,5	4.500,9	4.385,5	4.382,3	4.189,3	4.072,2	4.026,8	3.981,1	4.090,3	3.883,4	3.687,8	3.605,8	3.559,6
Discount Bond (DB)	3.971,9	3.849,9	3.751,2	3.743,0	3.578,2	3.478,2	3.439,4	3.400,4	3.493,7	3.316,9	3.149,8	3.079,8	3.074,6
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	1.413,5	1.370,0	1.334,9	1.200,6	1.147,7	1.115,6	1.103,2	1.090,6	1.120,6	945,7	898,0	878,1	893,1
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	18.851,5	18.272,3	17.803,9	16.901,3	16.156,9	15.705,5	15.530,4	15.354,0	15.775,3	14.188,9	13.474,2	13.174,8	13.399,6
Debt Conversion Bond (DCB)	10.696,0	10.367,4	10.101,6	9.463,4	9.046,6	8.793,8	8.695,8	8.597,0	8.832,9	7.827,0	7.432,7	7.267,6	7.391,6
New Money Bond (NMB)	3.152,8	3.055,9	2.977,6	2.677,9	2.560,0	2.488,4	2.460,7	2.432,8	2.499,5	2.109,4	2.003,1	1.958,6	1.992,1
Eligible Interest (EI)	2.986,8	2.895,0	2.820,8	2.114,0	2.020,9	1.964,5	1.942,6	1.920,5	1.973,2	1.248,9	1.186,0	1.159,6	1.179,4
I.2. BÔNUS DE CAPTAÇÃO	128.839,2	125.277,7	124.333,7	127.819,6	123.481,5	122.011,2	119.477,6	123.460,9	128.839,8	122.235,2	116.080,1	115.629,7	110.612,1
Euro 2005	4.506,4	4.429,3	4.403,9	4.501,9	4.499,1	4.480,9	4.240,1	4.259,2	4.283,9	4.039,8	3.667,0	3.523,2	-
Euro 2006	2.504,3	2.461,5	2.447,4	2.501,9	2.500,3	2.490,2	2.356,4	2.367,0	2.380,7	2.245,1	2.037,9	1.958,0	1.995,0
Euro 2007	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8
Euro 2009	1.820,0	1.788,9	1.778,6	1.818,2	1.817,1	1.809,7	1.712,5	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8
Euro 2010	2.730,0	2.683,4	2.668,0	2.727,3	2.725,7	2.714,6	2.568,7	2.580,3	2.595,2	2.447,4	2.221,5	2.134,4	2.174,8
Euro 2011	3.640,0	3.577,8	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7
Euro 2012	-	-	3.557,3	3.636,4	3.634,2	3.619,5	3.425,0	3.440,3	3.460,3	3.263,2	2.962,0	2.845,9	2.899,7
Euro 2015	-	-	-	-	-	-	-	1.720,2	1.730,2	1.631,6	1.481,0	1.422,9	1.449,8
Eurolibra 2007	826,7	793,7	777,6	788,6	784,0	768,9	742,0	749,0	756,8	725,5	655,9	631,2	630,4
Eurolibra 2015	1.409,9	1.385,8	1.377,8	1.408,5	1.407,6	1.401,9	1.326,6	1.332,5	1.340,3	1.263,9	1.147,3	1.102,3	821,7
Global 2005	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	-
Global 2006	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	3.585,8
Global 2007	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3
Global 2008	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3
Global 2009	8.323,7	8.068,0	7.861,2	7.855,4	7.509,4	7.299,6	7.218,2	7.136,3	7.332,1	6.961,1	6.610,5	6.463,6	6.573,9
Global 2010	7.567,0	7.334,5	7.146,5	7.141,3	6.826,8	6.636,0	6.562,0	6.487,5	6.665,5	6.328,3	6.009,5	5.876,0	5.976,3
Global 2011	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1
Global 2012	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1
Global 2013	3.783,5	3.667,3	3.573,3	3.570,6	3.413,4	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1
Global 2014	2.270,1	2.200,4	2.144,0	2.142,4	2.048,0	3.318,0	3.281,0	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1
Global 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	3.824,8
Global 2019	-	-	-	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	3.585,8
Global 2020	3.026,8	2.933,8	2.858,6	2.856,5	2.730,7	2.654,4	2.624,8	2.595,0	2.666,2	2.531,3	2.403,8	2.350,4	2.390,5
Global 2024	9.003,8	8.727,2	8.503,5	8.497,2	8.123,0	7.896,0	7.808,0	7.719,4	7.931,2	7.529,9	7.150,6	6.991,7	7.111,0
Global 2025	-	-	-	-	-	-	-	3.243,8	3.332,8	3.164,1	3.004,8	2.938,0	2.988,1
Global 2027	10.593,8	10.268,3	10.005,1	9.997,8	9.557,5	9.290,4	9.186,8	9.082,5	9.331,7	8.859,6	8.413,3	8.226,4	8.366,8
Global 2030	4.842,9	4.694,1	4.573,8	4.570,4	4.369,1	4.247,0	4.199,7	4.152,0	4.265,9	4.050,1	3.846,1	3.760,6	3.824,8
Global 2034	4.540,2	4.400,7	4.287,9	4.284,8	4.096,1	3.981,6	3.937,2	3.892,5	3.999,3	3.797,0	3.605,7	3.525,6	4.781,0
Global 2040	15.610,1	15.130,5	14.742,7	14.731,9	14.083,1	13.689,6	13.536,9	13.383,2	13.750,4	13.054,7	12.397,1	12.121,7	12.328,6
Marco Alemão 2007	1.861,1	1.829,3	1.818,8	1.859,3	1.858,1	1.850,6	1.751,2	1.759,0	1.668,4	1.514,5	1.455,1	1.484,7	1.484,7
Marco Alemão 2008	1.395,8	1.372,0	1.364,1	1.394,5	1.393,6	1.388,0	1.313,4	1.319,3	1.326,9	1.251,3	1.135,8	1.091,3	813,5
Samurai 2006	1.629,1	1.610,1	1.556,7	1.607,0	1.588,8	1.553,0	1.517,0	1.486,6	1.489,6	1.447,2	1.326,2	1.271,5	1.275,5
Samurai 2007	2.172,2	2.146,8	2.075,7	2.142,6	2.118,4	2.070,7	2.022,7	1.982,2	1.986,1	1.929,7	1.768,2	1.695,4	1.700,7
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	-3.893,3	-3.960,4	-3.856,1	-3.933,9	-3.655,5	-3.674,2	-3.797,9	-3.697,2	-3.778,8	-3.740,1	-3.690,0	-3.691,4	-3.629,2
III. DÍVIDA CONTRATUAL	50.563,0	49.150,1	47.822,4	48.125,6	46.554,7	43.574,2	41.960,5	41.498,8	42.038,0	39.843,6	37.207,6	34.613,5	35.240,4
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8
V. TOTAL (I+II+III+IV)	221.758,7	215.267,3	211.810,1	212.831,4	205.425,4	199.892,3	195.128,6	198.301,3	205.143,0	192.182,1	181.743,4	177.965,6	174.001,8
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	13,3%	12,8%	12,4%	12,4%	11,8%	11,3%	10,9%	11,0%	11,3%	10,5%	9,8%	9,5%	9,3%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.

TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jul/2004	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2005
DÍVIDA MOBILIÁRIA TOTAL	1.038.438,3	1.045.751,0	1.057.082,6	1.066.393,2	1.074.803,4	1.102.253,5	1.116.862,3	1.130.190,1	1.159.027,9	1.160.228,9	1.179.927,0	1.200.961,5	1.211.797,7
I. Dívida em Mercado	739.003,6	745.544,0	757.366,3	764.214,2	773.745,4	799.217,5	815.449,1	835.428,5	862.116,1	863.748,9	878.750,1	896.348,3	906.625,4
Dívida Securitizada	19.331,3	19.466,0	19.294,0	19.095,8	18.899,9	25.448,5	25.359,7	25.390,9	25.278,3	24.905,3	25.026,4	24.871,0	23.551,2
TDA	2.172,4	2.388,3	2.390,0	2.519,7	2.483,6	2.410,8	2.581,9	2.650,3	2.647,1	2.766,4	2.880,7	3.043,0	3.044,6
LTN	113.756,1	125.601,0	133.273,0	133.507,8	144.909,2	159.841,6	151.278,6	169.563,8	183.444,7	172.039,5	190.553,0	201.758,7	198.276,4
LFT	436.969,6	430.126,0	434.074,0	443.118,8	442.979,0	448.719,6	477.176,7	478.954,6	489.467,6	502.752,1	499.447,9	503.367,9	516.363,8
LFT-A	3.704,4	3.720,2	3.734,2	3.746,5	3.759,9	3.781,8	3.799,7	3.811,3	3.834,0	3.852,2	3.873,6	3.897,9	3.919,2
LFT-B	5.533,8	5.563,8	5.504,5	5.385,9	5.332,3	5.326,6	5.328,4	5.332,2	5.312,7	4.965,1	4.723,5	4.651,0	4.279,7
NTN-A	13.545,0	13.159,4	12.807,2	12.651,4	12.122,1	11.812,6	11.709,2	11.603,5	11.904,2	11.164,4	10.630,9	10.422,8	10.627,3
NTN-B	25.248,1	25.372,1	25.745,6	26.194,6	25.786,8	26.306,3	26.826,0	26.715,2	26.987,4	27.476,6	27.352,9	30.693,1	37.333,0
NTN-C	72.781,4	74.820,9	75.844,9	76.422,8	77.962,6	78.740,7	78.061,3	79.010,0	80.281,9	80.962,7	81.536,2	80.610,1	75.478,4
NTN-D	21.484,3	20.890,8	20.309,1	17.128,0	14.881,0	11.772,9	7.936,3	6.177,3	6.179,1	5.903,6	5.671,6	5.607,0	5.676,0
NTN-F	1.265,3	1.282,2	1.297,4	1.604,5	1.982,1	2.830,9	3.382,1	4.312,6	4.798,4	5.212,6	5.543,3	6.123,8	6.823,1
NTN-I	1.633,2	1.589,2	1.579,0	1.557,8	1.484,6	1.563,6	1.529,5	1.663,4	1.686,1	1.594,8	1.551,0	1.531,8	1.576,4
NTN-P	2.744,2	2.763,1	2.781,3	2.798,0	2.814,9	2.835,9	2.855,2	2.872,0	2.893,5	2.913,5	2.935,4	2.958,4	2.980,6
CFT-A	12.160,9	12.198,3	12.187,7	11.965,2	11.931,0	11.477,7	11.195,3	11.067,6	11.042,2	11.008,6	10.908,4	10.757,6	10.601,3
CFT-D	2.917,0	2.818,4	2.737,2	2.724,3	2.595,7	2.515,0	2.478,7	2.442,0	2.500,9	2.366,2	2.239,4	2.182,0	2.211,6
Demais	3.756,7	3.784,1	3.807,2	3.793,0	3.820,7	3.833,2	3.950,5	3.861,8	3.858,0	3.865,2	3.876,0	3.872,2	3.882,8
II. Dívida com BACEN	299.434,7	300.207,0	299.716,4	302.179,0	301.058,0	303.035,9	301.413,3	294.761,5	296.911,8	296.480,0	301.176,9	304.613,1	305.172,3
LTN	103.178,7	108.903,7	114.717,6	102.506,1	114.477,1	126.149,3	111.193,3	107.432,2	119.486,5	118.773,6	126.093,3	128.537,9	126.068,8
LFT	124.225,5	121.176,3	119.584,8	133.999,4	123.646,1	116.051,2	135.136,4	132.964,6	125.181,3	126.974,2	128.909,9	130.980,7	132.988,3
NTN-D	58.070,3	56.243,9	51.476,7	51.607,8	49.032,0	47.070,4	41.593,3	40.948,5	39.025,3	37.364,6	32.695,8	31.596,1	32.189,8
Demais	13.960,0	13.883,2	13.937,3	14.065,8	13.902,9	13.765,0	13.490,3	13.416,2	13.218,7	13.367,6	13.477,9	13.498,4	13.925,4
Dívida em Mercado/PIB	44,4%	44,2%	44,4%	44,4%	44,4%	45,2%	45,7%	46,5%	47,6%	47,2%	47,5%	48,0%	48,2%

Obs.: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jul/2004	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul/2005
I. INTERNA	-144.952,3	-145.402,8	-146.322,9	-147.742,6	-149.446,6	-149.919,4	-152.510,2	-154.717,5	-155.775,3	-158.525,6	-153.297,4	-154.155,5	-156.257,2
Dívida contratual	466,2	453,4	441,1	429,7	414,2	380,2	373,9	370,4	377,8	346,5	327,4	296,9	301,7
FAT	-100.786,7	-100.745,0	-101.214,5	-101.963,6	-103.146,3	-102.752,3	-105.572,6	-107.193,4	-107.899,4	-109.750,9	-109.979,1	-110.183,4	-112.297,7
Aplicações financeiras	-3.785,0	-3.787,7	-3.800,6	-3.873,3	-3.875,0	-3.658,6	-3.666,1	-3.805,1	-3.860,9	-3.891,1	-4.016,3	-3.989,8	-3.984,4
Fundos Regionais	-27.668,8	-28.062,0	-28.403,8	-28.870,3	-29.237,8	-29.605,6	-29.967,5	-30.424,2	-30.953,3	-31.450,1	-25.647,0	-26.290,4	-26.290,4
Demais	-13.178,0	-13.261,4	-13.345,0	-13.465,0	-13.601,7	-14.283,1	-13.677,9	-13.665,1	-13.439,6	-13.780,1	-13.982,3	-13.988,9	-13.986,5
II. EXTERNA	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8
Disponibilidades	-356,7	-374,6	-462,2	-458,5	-416,0	-377,0	-442,0	-460,9	-443,5	-343,0	-318,7	-329,5	-340,8
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-145.309,0	-145.777,3	-146.785,1	-148.201,1	-149.862,6	-150.296,4	-152.952,2	-155.178,4	-156.218,8	-158.868,6	-153.616,0	-154.485,1	-156.598,0
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-8,7%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,5%	-8,6%	-8,6%	-8,6%	-8,7%	-8,3%	-8,3%	-8,3%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs.: Dados sujeitos a alteração

TABELA A9 - CUSTEIO POR ÓRGÃO ATÉ JULHO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	593.185,4	527.536,0	341.676,1	196.268,5	193.139,8	31.426,8	1.014.236,9	675.730,0	402.501,8	217.269,7	201.951,7	32.659,1
Gabinete da Vice-Presidência da República	2.350,0	2.493,0	1.573,2	1.042,3	1.039,0	1,0	2.300,1	2.300,0	1.747,8	911,2	906,9	14,4
Advocacia-Geral da União	94.166,8	66.232,0	58.361,5	29.554,4	29.418,7	3.677,8	89.808,2	69.300,0	61.028,1	33.427,8	32.997,4	5.046,0
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	628.223,7	613.531,0	419.643,6	273.839,8	257.396,3	56.702,3	811.858,7	615.909,0	429.097,5	270.107,2	248.631,0	74.349,6
Ministério da Ciência e Tecnologia	1.914.429,4	1.878.889,0	968.938,7	692.562,5	601.019,9	258.360,9	2.537.108,5	2.586.385,0	1.425.666,0	850.923,0	655.954,2	279.078,7
Ministério da Fazenda	1.490.234,8	1.558.286,0	1.103.648,1	770.444,6	619.350,5	39.644,0	1.881.219,6	1.436.708,0	1.263.846,4	822.261,1	755.496,2	50.650,1
Ministério da Educação	6.026.180,7	5.781.128,0	3.823.557,7	2.098.798,5	2.050.350,5	753.355,1	6.960.204,1	6.461.212,0	4.119.548,5	2.476.668,2	2.240.768,3	797.108,6
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	424.061,6	403.294,0	251.391,8	128.161,0	127.618,0	9.800,0	485.323,2	396.627,0	269.919,1	184.132,3	180.853,7	15.890,9
Ministério da Justiça	768.401,1	742.152,0	372.868,1	251.144,5	246.636,0	112.291,7	1.049.006,2	807.737,0	457.915,0	327.324,2	318.704,6	93.671,5
Ministério de Minas e Energia	462.501,1	340.175,0	232.871,5	112.946,5	111.385,3	37.400,0	711.504,2	362.930,0	220.994,2	146.096,9	143.167,8	18.751,8
Ministério da Previdência Social	1.358.628,1	1.216.594,0	825.392,1	536.201,8	483.476,4	137.978,0	1.335.373,9	967.995,0	743.084,9	531.921,6	472.837,0	191.337,7
Ministério das Relações Exteriores	789.613,2	897.492,0	559.139,6	363.885,8	363.778,0	26.108,1	874.162,5	711.098,0	434.623,4	325.882,4	324.983,2	82.984,0
Ministério da Saúde	27.236.168,2	27.218.569,0	20.178.738,5	14.510.993,9	14.385.783,9	1.336.910,2	30.071.752,1	30.145.000,0	22.268.538,0	16.901.668,3	15.911.649,4	1.278.676,0
Ministério do Trabalho e Emprego	790.903,7	590.688,0	419.516,9	227.828,3	211.760,2	8.769,5	788.798,6	525.037,0	384.947,9	223.714,4	216.190,3	31.916,3
Ministério dos Transportes	562.661,3	530.012,0	336.708,8	171.247,4	167.517,6	126.770,5	689.501,5	636.046,0	400.141,4	208.698,5	203.861,9	66.931,1
Ministério das Comunicações	465.877,6	358.100,0	234.516,5	123.226,9	123.185,2	31.291,6	702.868,9	278.255,0	207.240,1	125.498,9	121.675,2	41.748,3
Ministério da Cultura	265.017,3	212.871,0	100.566,7	51.228,7	50.037,8	30.176,4	365.025,1	206.479,0	183.621,8	106.010,9	102.419,8	43.967,0
Ministério do Meio Ambiente	385.042,5	361.408,0	231.139,3	129.376,7	125.264,1	44.949,3	494.536,4	361.550,0	250.967,0	145.648,2	144.651,7	49.292,5
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	578.938,5	323.413,0	219.163,3	127.883,5	123.672,2	26.773,6	451.839,2	354.182,0	213.474,5	127.994,1	120.038,5	33.974,8
Ministério do Desenvolvimento Agrário	486.189,3	445.966,0	212.056,7	102.883,1	93.387,9	46.685,5	702.387,8	510.500,0	282.635,5	150.124,5	146.907,0	81.471,8
Ministério do Esporte	99.548,7	80.952,0	57.452,3	42.281,8	42.270,1	30.274,0	143.804,9	80.400,0	64.061,6	34.960,5	34.703,1	12.199,9
Ministério da Defesa	3.438.414,2	3.524.894,0	2.130.600,2	1.161.652,2	1.095.579,6	370.314,5	4.112.673,2	3.772.153,0	2.702.912,4	1.448.816,8	1.288.845,5	487.142,5
Ministério da Integração Nacional	288.043,8	228.041,0	106.882,7	60.859,7	54.101,2	83.629,5	251.936,7	192.734,0	106.050,0	55.101,2	50.257,3	30.892,0
Ministério do Turismo	200.616,8	183.837,0	86.617,4	43.663,0	43.330,3	9.049,5	355.662,2	218.879,0	133.403,9	78.830,0	78.596,6	43.283,7
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	5.683.424,4	5.654.398,0	3.691.681,7	3.128.585,7	3.115.432,0	197.793,8	7.231.510,9	6.019.740,0	4.475.274,4	3.842.691,6	3.785.850,9	173.433,9
Ministério das Cidades	268.041,8	264.916,0	195.990,9	106.442,6	102.733,2	35.126,8	405.896,2	390.400,0	273.522,1	118.750,0	114.214,5	23.243,2
Encargos Financeiros da União	31.710,3	-	-	-	-	-	162.557,7	162.600,0	119.602,5	23.582,3	18.302,5	-
Recursos sob Supervisão Min. Fazenda	133.755,3	135.917,0	133.442,1	25.410,7	25.410,7	-	1.048.740,6	146.400,0	52.455,4	34.750,5	34.750,5	18.366,6
Operações Oficiais de Crédito	42.593,6	37.596,0	37.580,3	11,2	11,2	-	123.443,6	123.400,0	107.547,6	77.821,1	77.829,4	-
TOTAL	55.508.923,1	54.179.380,0	37.331.716,2	25.468.425,5	24.844.085,5	3.845.260,2	65.855.041,7	59.217.686,0	42.056.368,6	29.891.587,1	28.027.996,2	4.058.082,0

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de Custeio (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

TABELA A10 - INVESTIMENTO POR ÓRGÃO ATÉ JULHO 2004/2005 (*)

R\$ mil

ÓRGÃO SUPERIOR E/OU UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	2004						2005					
	Dotação autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)		Dotação Autorizada no ano	Limite autorizado no ano (1)	Despesa empenhada	Despesa liquidada	Despesas pagas no ano (2)	
					Do exercício	De exercícios anteriores					Do exercício	De exercícios anteriores
Gabinete da Presidência da República	137.202,7	95.831,0	26.896,4	13.350,2	12.739,5	7.662,5	140.184,2	79.870,0	13.550,7	5.961,5	4.701,0	30.509,8
Gabinete da Vice-Presidência da República	150,0	110,0	107,2	93,7	91,6	-	200,0	200,0	1,7	1,7	1,7	0,1
Advocacia-Geral da União	9.410,4	12.843,0	534,1	307,9	256,2	4.096,6	8.221,1	4.200,0	1.417,2	252,9	238,4	6.189,5
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	186.991,7	122.013,0	60.711,5	14.310,5	12.460,0	30.258,0	355.204,6	103.591,0	7.591,7	5.936,2	5.401,7	51.202,9
Ministério da Ciência e Tecnologia	233.451,3	254.661,0	78.053,5	45.131,7	40.960,2	48.094,2	654.615,4	655.115,0	84.296,2	56.333,4	35.236,2	42.977,4
Ministério da Fazenda	297.372,9	247.506,0	191.809,8	34.786,8	8.694,0	8.305,2	527.463,3	526.342,0	50.802,3	17.809,0	17.528,7	9.983,1
Ministério da Educação	662.924,5	478.292,0	142.401,3	64.388,2	60.703,6	158.032,6	974.728,3	699.588,0	136.514,3	57.931,8	31.523,0	139.627,0
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio	68.657,1	137.099,0	28.501,2	2.937,8	2.880,9	4.517,7	104.957,5	22.373,0	4.949,8	4.013,7	3.798,3	39.635,3
Ministério da Justiça	561.684,1	503.539,0	175.537,7	35.287,2	34.161,5	211.426,0	679.361,4	421.203,0	120.910,8	30.303,0	29.336,8	132.559,6
Ministério de Minas e Energia	68.024,7	46.019,0	5.976,8	3.297,8	3.218,9	3.724,3	39.743,5	18.870,0	7.622,5	3.333,2	2.017,5	6.456,4
Ministério da Previdência Social	44.250,7	34.739,0	2.812,3	2.129,4	790,7	23.905,3	151.575,6	136.405,0	5.013,8	2.832,5	393,0	20.858,2
Ministério das Relações Exteriores	39.059,0	29.001,0	6.633,1	5.920,8	5.920,8	802,8	69.601,8	65.102,0	9.618,8	7.554,9	7.554,9	1.028,9
Ministério da Saúde	2.615.731,7	1.921.386,0	1.036.071,3	213.860,2	211.929,0	605.576,6	2.690.451,8	2.627.600,0	281.127,3	97.125,3	93.137,9	477.249,5
Ministério do Trabalho e Emprego	36.965,4	25.134,0	11.940,0	4.479,3	4.431,5	2.986,1	29.548,6	22.163,0	13.144,1	6.866,2	6.039,8	5.113,0
Ministério dos Transportes	2.440.942,6	2.168.488,0	1.352.617,4	124.802,4	55.041,5	808.834,0	6.329.282,2	3.828.872,0	2.537.191,1	422.254,0	262.792,7	599.417,9
Ministério das Comunicações	19.337,9	41.900,0	7.715,4	3.481,2	3.481,2	8.624,9	151.300,8	56.145,0	33.359,4	3.416,8	3.416,8	13.176,8
Ministério da Cultura	103.560,1	45.885,0	26.092,5	2.358,2	1.997,7	11.588,9	137.988,4	43.821,0	39.795,0	7.080,7	5.031,1	15.770,6
Ministério do Meio Ambiente	88.431,3	40.478,0	8.319,1	3.837,0	3.819,5	16.232,5	115.529,5	41.350,0	7.566,0	1.666,7	1.591,0	10.384,6
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão	21.505,6	25.758,0	2.600,9	431,0	404,1	1.126,6	20.857,2	18.768,0	1.794,5	961,8	961,2	7.902,2
Ministério do Desenvolvimento Agrário	1.014.043,9	1.086.318,0	445.626,4	175.726,4	128.847,4	89.651,4	1.231.947,4	1.043.400,0	736.007,5	591.564,5	591.564,5	105.624,9
Ministério do Esporte	249.620,3	156.492,0	99.753,7	6.964,9	6.964,9	64.866,1	478.064,7	43.000,0	37.428,1	3.618,4	3.618,4	20.183,8
Ministério da Defesa	1.358.524,2	1.422.400,0	781.732,7	209.779,1	203.661,0	177.832,0	1.526.659,6	954.876,0	523.671,6	178.274,1	161.071,3	306.224,1
Ministério da Integração Nacional	1.118.588,3	682.726,0	437.332,5	172.216,5	96.799,2	208.223,2	2.323.481,1	905.366,0	350.872,4	57.470,5	44.124,3	156.051,5
Ministério do Turismo	263.365,2	176.458,0	107.952,2	8.930,5	8.930,5	34.547,9	658.657,8	47.121,0	41.579,8	410,2	410,2	24.314,8
Ministério do Desenv. Social e Combate à Fome	196.570,3	150.680,0	85.779,7	26.168,4	26.064,9	19.289,3	171.360,0	181.260,0	25.353,2	23.501,7	23.501,7	15.204,0
Ministério das Cidades	1.106.499,7	968.736,0	590.829,2	110.126,4	105.042,1	152.784,6	2.341.810,8	471.700,0	341.497,9	75.215,5	50.716,2	292.821,4
Encargos Financeiros da União	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20,8
TOTAL	12.942.865,3	10.874.492,0	5.714.337,8	1.285.103,4	1.040.292,3	2.702.989,3	21.912.796,4	13.018.301,0	5.412.677,6	1.661.690,2	1.385.708,3	2.530.488,2

Dados preliminares.

 (*) Corresponde a detalhamento das consultas disponibilizadas no "Portal Siafi" no seguinte endereço: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/siafi/index_informacoes_siafi.asp.

(1) Despesa de investimento (Decreto de Programação Financeira - todos os anexos)

(2) "Despesas pagas" correspondem aos valores das ordens bancárias emitidas no Siafi após a liquidação dos empenhos. Difere do conceito de "gasto efetivo" adotado para as informações da tabela A1 porque esse último corresponde ao valor do saque efetuado na conta única.

COMENTÁRIOS

No mês de julho de 2005, os repasses aos Fundos de Participação de que trata o art. 159 da Constituição Federal apresentaram decréscimo de 17,8% (dezesete vírgula oito por cento) quando comparados aos repasses efetuados em junho de 2005.

Em julho de 2005, as transferências a título de FPE/FPM atingiram o montante de R\$ 3.812,3 milhões, contra R\$ 4.642,6 milhões no mês de junho de 2005, já descontada a parcela de 15% para o FUNDEF.

As informações relativas às transferências constitucionais estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes as distribuições decenciais das cotas dos Fundos de Participação com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo

-> DAF-Distribuição da Arrecadação Federal

Outras informações sobre as transferências constitucionais poderão ser obtidas por meio dos telefones (61) 3412-3116/3023. **Não deixe de consultar, também, a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional : (61) 3481-8000.**

Alertamos, novamente, aos beneficiários dos Fundos de Participação que a partir do mês de junho de 2005, inicia-se o processo de restituição do Imposto de Renda das Pessoas Físicas, ano base 2004, com reflexo no valor das cotas do Fundo.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/05 JUN/05	JUL/05 JUL/04	JAN A JUL/05 JAN A JUL/04
2004	1.678,7	1.614,3	14.441,9	-	-	-
2005	2.291,9	2.791,1	18.118,6	-17,8%	36,5%	25,4%

ANO	FPE* (R\$ Milhões)			VARIACÃO NOMINAL(%)		
	JUL	JUN	JAN A JUL	JUL/05 JUN/05	JUL/05 JUL/04	JAN A JUL/05 JAN A JUL/04
2004	1.604,1	1.542,5	13.800,0	-	-	-
2005	2.190,1	2.667,1	17.313,3	-17,8%	36,5%	25,4%

(*) Não excluídos 15% para o FUNDEF.

PREVISTO X REALIZADO

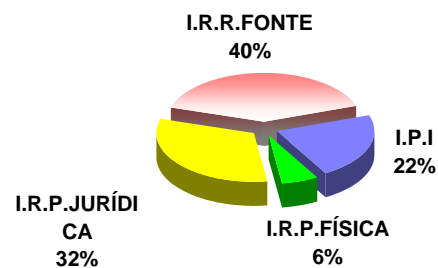
De acordo com a Portaria STN 678/04 os créditos relativos ao mês de **julho** foram efetuados nas seguintes datas: **08/07, 20/07 e 29/07**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUL	-20,0%	-17,8%	-20,0%	-17,8%	+10,0%	+1,9%

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em **julho** os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

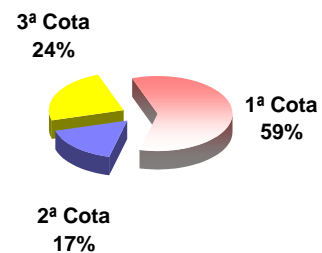
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



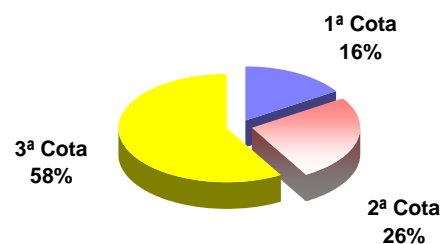
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de junho a 20 de julho de 2005, conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação Líquida Realizada (Competência)			Receita Classificada (Caixa)	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
						Valores Distribuídos			
	IPI	IR	IPI+IR			FPE (1)	FPM (1)	IPI-EXP (1)(2)	FUNDEF(2)
3ºDEC/JUN	271,3	5.785,4	6.056,6						
JUL/2005	1.837,2	8.266,4	10.103,6	JUL/2005	10.186,6	1.861,6	1.948,2	145,0	697,9
1ºDEC/JUL	440,1	1.259,5	1.699,7	3º Dec/JUN	6.056,6	1.106,9	1.158,3	23,1	403,8
2ºDEC/JUL	994,7	1.435,6	2.430,3	1º Dec/JUL	1.699,7	310,6	325,1	37,4	118,8
3ºDEC/JUL	402,4	5.571,2	5.973,6	2º Dec/JUL	2.430,3	444,1	464,8	84,6	175,3

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP.

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM	FPE	IPIEXP	FUNDEF UNIÃO
AC	10.892,94	63.685,62	15,15	13.202,29
AL	46.391,42	77.444,77	359,47	24.104,60
AM	26.779,13	51.946,32	3.886,75	15.006,97
AP	6.850,78	63.518,08	3,06	12.591,33
BA	174.054,47	174.920,44	8.755,83	64.708,51
CE	101.955,07	136.584,34	1.906,45	43.123,86
DF	4.322,46	12.848,82	40,64	3.381,54
ES	34.796,05	27.924,13	6.463,99	14.020,88
GO	70.796,27	52.927,39	1.453,76	22.657,37
MA	79.227,36	134.374,61	1.373,55	80.401,83
MG	256.254,03	82.925,34	16.479,21	68.247,49
MS	28.976,72	24.796,62	927,40	10.177,79
MT	36.865,09	42.964,06	1.380,10	15.155,91
PA	70.921,75	113.781,50	5.442,60	57.978,17
PB	62.985,75	89.150,56	568,92	27.070,16
PE	98.656,66	128.454,70	810,21	38.613,27
PI	48.505,55	80.447,54	78,85	26.500,62
PR	131.559,12	53.673,89	16.168,02	39.826,43
RJ	57.549,08	28.439,79	14.976,89	20.310,12
RN	48.400,06	77.776,14	980,26	22.593,28
RO	17.736,52	52.415,44	206,96	12.522,27
RR	9.514,96	46.180,92	9,44	9.846,60
RS	131.433,19	43.837,15	20.851,41	38.845,50
SC	75.750,56	23.824,86	12.761,16	21.350,40
SE	28.358,39	77.355,41	97,78	18.779,09
SP	261.348,19	18.616,08	29.003,97	66.892,02
TO	29.888,91	80.793,80	17,99	19.568,87
Total	1.950.770,51	1.861.608,35	145.019,83	807.477,15

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. e FUNDEF-União. (3) Alguns municípios não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	Ago/Jul	Set/Ago	Out/Set
FPM/FPE/FNE/FNO/FCO	+0,5%	-18,0%	+18,0%
IPI-EXP	-27,0%	+2,0%	+8,0%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Out/2004	26/11/04	Fev/2005	17/03/05
Nov/2004	21/12/04	Mar/2005	19/04/05
Dez/2004	09/02/05	Abr/2005	02/06/05
Jan a Dez/04	10/02/05	Mai/2005	24/06/05
Jan/2005	16/02/05	Jun/2005	29/07/05

Foi publicado no Diário Oficial da União do dia 17 de dezembro de 2004, a Portaria STN 678, de 16 de dezembro de 2004, contendo o cronograma das datas dos repasses do FPM/FPE para o exercício de 2005.

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 3412.3116/3023 Fax: (61) 3412.1580

E-mail: copem.df.stn@fazenda.gov.br

COMPORTAMENTO NO MÊS

Em julho de 2005, as transferências para o FUNDEF alcançaram o montante de R\$ 2.634,0 milhões, contra R\$ 2.670,6 milhões em junho de 2005. Os repasses para o Fundo apresentaram decréscimo de 1,4% em valores nominais.

As informações relativas às transferências do FUNDEF estão disponíveis para consulta na página da Secretaria do Tesouro Nacional (www.tesouro.fazenda.gov.br).

O Banco do Brasil S/A disponibiliza em sua página na internet (www.bb.com.br) os avisos referentes às distribuições decedenciais das cotas do FUNDEF com todos os lançamentos a crédito e a débito. Para efetuar a consulta, favor acessar: -> Governo, > DAF-Distribuição da Arrecadação Federal-> Clique aqui para ver Demonstrativo.

Não deixe de consultar, também a central telefônica criada pela Secretaria do Tesouro Nacional:(61)3481-8000.

Origens	R\$ Mil				
	junho	Partc.	julho	Partc.	JUL/ JUN
FPM	415.536,0	15,6%	341.223,4	13,0%	-17,9%
FPE	400.065,0	15,0%	328.519,1	12,5%	-17,9%
IPI-EXP	25.118,7	0,9%	25.591,7	1,0%	1,9%
LC 87/96	42.390,3	1,6%	42.390,3	1,6%	0,0%
LC 102/00					
Compl. União	23.250,9	0,9%	69.752,7	2,6%	-
ICMS	1.764.247,7	66,1%	1.826.569,2	69,3%	3,5%
Total	2.670.608,5	100%	2.634.046,4	100%	-1,4%

Fonte: SIAFI

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

DÚVIDAS SOBRE O FUNDEF

Com o objetivo de orientar as entidades envolvidas na implantação, distribuição e fiscalização do FUNDEF e sanar as dúvidas ainda existentes, o MEC disponibiliza vários canais de comunicação aos interessados na matéria. As questões relativas ao FUNDEF podem ser encaminhadas diretamente ao Ministério da Educação:

- por meio do telefone FALA BRASIL: 0800616161;
- por meio dos telefones (61) 2104.8648/9270/9295;
- por meio do Fax (61) 2104.9283;
- por meio de e-mail: fundef@mec.gov.br;
- por correspondência endereçada ao:
Depto. de Acompanhamento do FUNDEF - SEF/MEC
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, 5º andar, sala 501
70.047-900 – Brasília - DF

Coordenação-Geral de Operações de Crédito de
Estados e Municípios - **COPEM**

Fone: (61) 3412.3116/3023 Fax: (61) 3412. 1580
Email: copem.df.stn@fazenda.gov.br

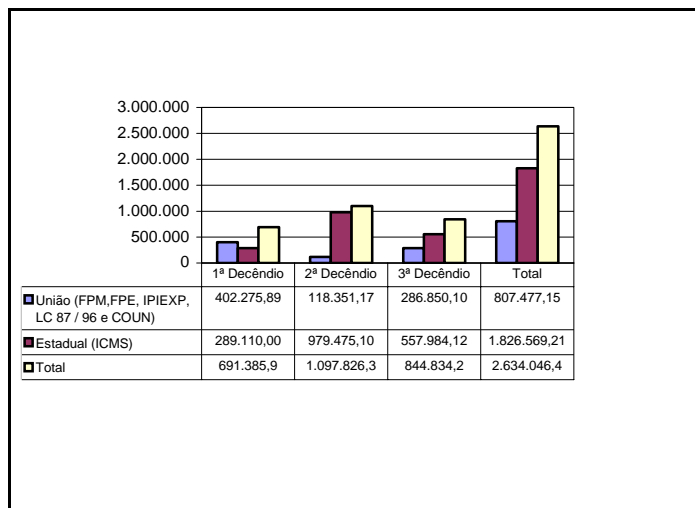
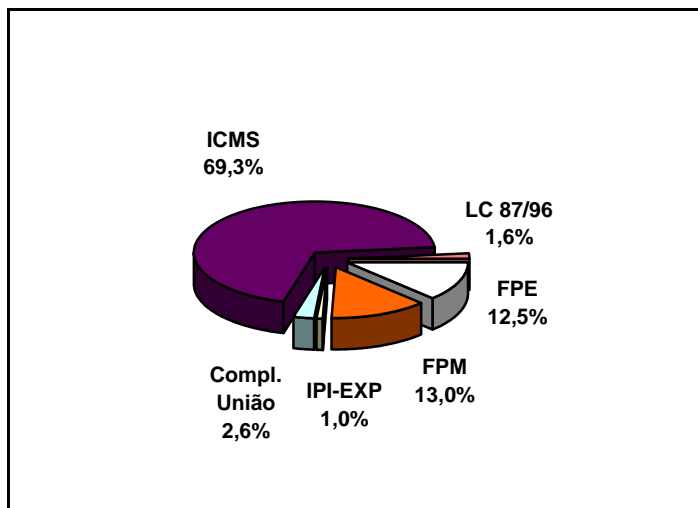
COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2005 - PORTARIA Nº 041, DE 29 DE MARÇO DE 2005

Portaria MF nº 41, de 29 de março de 2005, publicado no D.O.U. em 31/03/05, divulga o cronograma com a estimativa dos valores mensais da complementação da União ao FUNDEF, para o ano de 2005.

MÊS	ALAGOAS	MARANHÃO	PARÁ	PIAUI	TOTAL
MARÇO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
ABRIL	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
MAIO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JUNHO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
JULHO	1.830.630	41.751.495	22.568.445	3.602.085	69.752.655
AGOSTO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
SETEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
OUTUBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
NOVEMBRO	610.210	13.917.165	7.522.815	1.200.695	23.250.885
DEZEMBRO	2.440.840	55.668.660	30.091.260	4.802.780	93.003.540
TOTAL	10.373.570	236.591.805	127.887.855	20.411.815	395.265.045

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM
FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.


DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO - JULHO/2005 (EM R\$ MIL)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média (em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União (4)	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	144.012	11.239	1.922	3	0	39	3.815	17.017	118,2	907,9
AL	686.155	13.667	8.187	63	1.831	357	5.735	29.839	43,5	389,0
AM	737.073	9.167	4.726	686	0	428	37.473	52.480	71,2	493,5
AP	124.616	11.209	1.209	1	0	173	3.284	15.875	127,4	956,6
BA	2.886.955	30.868	30.715	1.545	0	1.580	81.908	146.617	50,8	377,5
CE	1.585.399	24.103	17.992	336	0	692	32.162	75.286	47,5	369,8
DF(2)	294.440	2.267	763	7	0	344	0	3.382	11,5	89,7
ES	501.939	4.928	6.140	1.141	0	1.812	45.846	59.866	119,3	893,2
GO	915.092	9.340	12.493	257	0	567	50.570	73.228	80,0	570,8
MA	1.475.516	23.713	13.981	242	41.751	713	19.003	99.405	67,4	375,9
MG	3.257.717	14.634	45.221	2.908	0	5.484	226.934	295.181	90,6	578,3
MS	404.776	4.376	5.114	164	0	525	30.496	40.674	100,5	703,3
MT	575.990	7.582	6.506	244	0	825	39.434	54.590	94,8	670,3
PA	1.554.289	20.079	12.516	960	22.568	1.855	32.295	90.273	58,1	374,9
PB	773.710	15.732	11.115	100	0	122	15.388	42.458	54,9	425,5
PE	1.429.101	22.668	15.227	143	0	574	43.819	82.432	57,7	433,3
PI	663.490	14.197	8.560	14	3.602	128	13.465	39.965	60,2	406,1
PR	1.558.298	9.472	23.216	2.853	0	4.285	106.466	146.292	93,9	677,1
RJ	2.002.925	5.019	10.156	2.643	0	2.493	157.292	177.603	88,7	647,9
RN	543.826	13.725	8.541	173	0	154	19.318	41.912	77,1	574,1
RO	300.173	9.250	3.130	37	0	106	16.140	28.663	95,5	674,0
RR	75.189	8.150	1.679	2	0	16	2.296	12.143	161,5	1.250,3
RS	1.541.054	7.736	23.162	3.680	0	4.268	134.894	173.739	112,7	788,0
SC	878.422	4.204	13.368	2.252	0	1.526	69.080	90.431	102,9	774,9
SE	378.202	13.651	5.004	17	0	106	16.473	35.252	93,2	621,1
SP	5.091.365	3.285	45.305	5.118	0	13.183	614.534	681.426	133,8	948,0
TO	263.208	14.258	5.275	3	0	33	8.450	28.019	106,5	783,7
Total	30.642.932	328.519	341.223	25.592	69.753	42.390	1.826.569	2.634.046	86,0	606,6

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 743, de 7/3/2005. Exceto, os municípios que não participam do FUNDEF, amparados por decisão judicial (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Montante da UF (Estado e Municípios).

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.